

R

RADIS

Nº215 AGO 2020



#BREQUE
DOCAPPS

BRASIL
APP
OBR3

O TRABALHO NAS COSTAS

Rotina insalubre de entregadores de aplicativo reflete precarização das relações trabalhistas no país



REPÚBLICA DA DESIGUALDADE — Poeta e artista multimídia, o goiano Hal Wildson vem divulgando em seu perfil no Instagram (@halwildson) uma série de trabalhos intitulada “Meritocracia seja louvada”, que produziu entre 2018 e 2020, em que critica a sociedade que acredita no mérito como a resolução para a pobreza, a fome e a falta de oportunidade. “No novo normal continua o Brasil tão desigual”, define o artista, que nas obras parte de cédulas de real para criar “notas ilusórias, sem valor, cheias de promessas”, como define.

RADIS

edição 215 ■ agosto 2020

CAPA: ILUSTRAÇÃO DE EDUARDO DE OLIVEIRA
EM FOTO DE MARCELO JUSTO / VEJA SP

- 3 **EDITORIAL**
A abolição dos direitos
- 4 **VOZ DO LEITOR**
- 5 **SÚMULA**
- EDUCAÇÃO**
- 10 Exclusão nada remota
- 15 É o retorno?
- CAPA/TRABALHO**
- 16 Olha o breque!
- 19 Parceria assimétrica
- 20 Na saúde e na doença
- 22 As pessoas por trás dos capacetes
- 23 Confinada

- 24 Jornada sobre duas rodas
- HIV/AIDS**
- 25 Busca por equidade persiste
- 27 A oportunidade é agora
- 28 Enquete | A cura da aids está próxima?
- 29 Identidade caiçara
- PRISÕES**
- 30 Condenados
- 34 **SERVIÇO**
- PÓS-TUDO**
- 35 Saneamento não admite excluídos



A abolição dos direitos

A nova conformação do capital produz exploração de novo tipo, ou antigo, que é o desaparecimento artificial do empregador, do emprego e do salário. A empresa se livra das obrigações legais e morais de quem lucra com o trabalho alheio e o Estado se omite na regulação e fiscalização do trabalho e na proteção de seus cidadãos contra a exploração. Na precarização, o trabalhador se responsabiliza pelos custos e riscos e paga a conta pela ilusão do empreendedorismo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 quase quatro milhões de brasileiros buscavam alternativas de trabalho nas plataformas digitais que fazem uma intermediação entre trabalhadores e consumidores.

Reportagem de Ana Claudia Peres, com a colaboração de Moniqui Frazão, aborda a precarização radical do trabalho nos aplicativos de serviços de entrega nas cidades brasileiras. Na quarentena, são os entregadores que vão à rua com suas bicicletas e motos para que outros fiquem em casa. Desde julho, eles ocuparam também as redes digitais com as hashtags #brequedosapps, #grevedosapps e #grevedosentregadores, denunciando as condições de trabalho. Em atos e paralisações, convocaram a população para apoiá-los. O “Breque dos Apps” chamou atenção para a rotina extenuante dos entregadores em aplicativos como Ifood, Uber Eats e Rappi, utilizando slogans estampados como “Nossas vidas valem mais que o lucro deles”.

As empresas argumentam que suas plataformas apenas intermediam a ligação entre os clientes e aqueles que fornecem o serviço e que funcionam como “parceiros” das categorias e que o “termo de uso” assinado pelos trabalhadores não se configura como um contrato de trabalho.

Na prática, os entregadores assumem os custos dos meios de produção que caberiam a quem auferir lucro nesse “modelo de negócio”. Um modelo virtual sustentado num trabalho real exaustivo, sem vínculo, sem hora, sem direitos. Apenas corpos e trabalho insalubre a serviço de um patrão invisível. Sobre os ombros dos trabalhadores estão os custos das motos, bicicletas, capacetes, mochila, celular, roupas para a chuva, alimentação, despesas com danos de equipamentos e materiais e com acidentes e adoecimento decorrentes do trabalho. Até as bags, bolsas que transportam as entregas e divulgam a marca das empresas, saem do bolso dos supostos empreendedores.

Na pauta dos protestos, a demanda por remuneração maior por serviço, seguro em caso de roubo, acidente e morte, auxílio-saúde dentro e fora da pandemia (com liberação de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs) e ainda o fim das retaliações e dos bloqueios indevidos. Os trabalhadores

reclamam das condições desiguais entre as partes em decorrência de gestões pouco transparentes, baixas taxas de remuneração e falta de segurança e proteção.

Pesquisas têm sido feitas sobre o fenômeno da precarização em atividades econômicas e categorias profissionais conhecido como “uberização do trabalho”, numa referência ao aplicativo de transporte Uber, um dos pioneiros desse modelo. Um estudo conjunto entre pesquisadores da Fiocruz, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sobre “Saúde e Direitos dos Trabalhadores em Tempos de Plataformas Digitais: um olhar sobre a atividade”, com os resultados ainda em fase de análise, e que investiga a situação de outras categorias, como a dos transportadores, encontrou evidências que confirmam as queixas dos entregadores.

Os contratos estabelecidos contornam o ordenamento legal das relações de trabalho e permitem novas formas de exploração e expropriação do trabalho, constatam os pesquisadores. A empresa contratante se desresponsabiliza por formação profissional, seguro contra acidentes e roubos, assistência à saúde do trabalhador e descanso remunerado. Os mecanismos de pontuação são um risco à saúde dos trabalhadores. Para pontuar e ganhar mais entregas é preciso estar sempre disponíveis, trabalhar sem descanso todos os dias da semana. Os entregadores podem ficar até 12 horas à disposição das empresas sem receber pedidos e os critérios para a demanda por entregas ou até a suspensão do uso dos serviços não são transparentes.

A visão sobre esse trabalho é difusa para os próprios trabalhadores ouvidos na pesquisa. Cerca de metade se considera um empreendedor, a outra parte considera que é mais uma ou a única possibilidade de trabalho disponível no momento.

O movimento dos entregadores buscou sensibilizar também os “consumidores” com suas mensagens: “arriscando a minha vida para matar a sua fome – e a minha!”. Porém, o comportamento acríptico em relação à desregulamentação do trabalho e à supressão de direitos, nos últimos anos, parece ter se expandido para outras fronteiras da cidadania. Mesmo assolada pela epidemia de covid-19 que matou mais de 100 mil pessoas no país, parte da população segue despreocupada em proteger-se do vírus e conformada com a inépcia dos governos que não buscam assegurar o direito à saúde.

Pode levar um tempo para que se perceba que essa não é uma briga só dos entregadores. Mas, no final das contas, se evidenciará que todos os trabalhadores perdem com a abolição de cada direito arduamente conquistado. 

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA** EDITOR-CHEFE E COORDENADOR DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



SOBREVIVÊNCIA E LUTO

Somente agora, às 23 horas, deitada em minha cama, parei, respirei e tomei coragem para ler a matéria sobre minha mãe (*Radis* 214). Antes de mais nada, quero agradecer à *Radis* por tamanha atenção e sensibilidade. Vocês conseguiram retratar, integralmente, meu sentimento. Só tenho a agradecer e espero que, de alguma forma, minha história e a de tantas outras pessoas sirvam para conscientizar aqueles que ainda não entenderam a gravidade da situação. Muito, muito obrigada.

Edimere Amaral, Rio de Janeiro, RJ

Eu gostaria de agradecer aos colegas da *Radis* pela reportagem sobre as famílias que perderam pessoas para a covid-19 (*Radis* 214). Foi o material mais detalhado, delicado e sensível que contou o que passei com a perda da minha mãe. Muito obrigado!

Abdubasset Jarour, São Paulo, SP

Emocionante ler a matéria sobre o que aconteceu à minha mãe, tenho impressão de viver tudo de novo. Obrigada por permitir que possamos compartilhar nossa história, mesmo que neste momento de pesar, nessa realidade dura e cruel. Felicidades para vocês da revista!

Keila Tamara, Manaus, AM

Histórias tristes... Algumas com finais felizes, outras sem esse final que tivemos a alegria de sentir e viver! Parabéns pelas narrativas de cada pedacinho de história que foi contada fielmente! Obrigada!

Aline Bezerra, Fortaleza, CE

NOVO LUTO?

Bem pensada e importante a entrevista com Maria Helena Franco (*Radis* 214). Após o trauma de toda a situação, somadas as perdas, atingirá também o aspecto econômico, tão valorizado, gerando afastamentos do trabalho. Há um conto sufi, "Nasrudin e a peste", que retrata bem um aspecto particular da pandemia. Grato pela abordagem!

Carlos Daitschman, Curitiba, PR

Entrevista maravilhosa. Ninguém melhor que Maria Helena Franco para falar sobre luto! Amanda Loureiro Lima, Petrolina, PE

De alguma forma o texto chegou a mim e recebi muitos elogios. Destaquei o profissionalismo da repórter ao fazer a entrevista e redigir o texto, que é mais um esforço importante para o enfrentamento da pandemia. Um grande abraço.

Maria Helena Franco, São Paulo, SP

COMIDA E HUMANIDADE

Parabéns, pelo texto "Alimentando a humanidade com humanidade" (*Radis* 213). David Hertz, você é craque! Muito bacana seu

trabalho e o de sua equipe. Tenho orgulho de participar algumas vezes como voluntária da Gastromotiva, sou fã do projeto. E mais uma vez parabéns pela capacidade de adaptação nesta época única e tão difícil para todos, principalmente, para os mais vulneráveis.

Branca Amado, Rio de Janeiro, RJ

SOBREVIVENTES

Lendo a entrevista com Eriki Terena (site da *Radis*), vejo que a negligência é total. Claro que cada etnia tem que se manifestar. Sou da etnia polonesa com brasileira e tive sintomas de covid-19. Não fiz o exame, porque é caríssimo para meu bolso. No SUS, nem ao menos me ligaram para saber se eu havia me recuperado dos sintomas. O patrão não está nem aí para o funcionário doente, o Estado tem a mesma atitude. Então é isso! Ainda estamos no mundo dos sobreviventes, palavra que representa bem os seres humanos terráqueos. Obrigada, agradeço por se manifestarem em favor de uma justiça mais equilibrada entre todos e todas.

Anna Kovalick, Caxias do Sul, RS

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde de Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ
Nísia Trindade
Presidente

ENSP
Hermano Castro
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe
Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO
Adriano De Lavor
Editor
Luiz Felipe Stevanim
Subeditor

Reportagem
Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini; Moniqui Frazão e Rodrigo Reis (estágio supervisionado)

Arte
Felipe Plauska

DOCUMENTAÇÃO
Eduardo de Oliveira
(fotografia)

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas e Natalia Calzavara

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 121.800 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

A corrida por uma vacina

Pesquisadores do mundo todo estão em busca de uma vacina eficaz contra o novo coronavírus. Como registrou o site G1 (22/7), havia naquele momento 166 projetos de desenvolvimento de vacinas contra a covid-19 em andamento no mundo, e pelo menos 24 deles já estavam na chamada fase clínica, quando são feitos testes em humanos. Os números foram extraídos de um balanço apresentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em julho, segundo o qual apenas cinco destes projetos se encontravam na terceira e última fase de estudo – quando a vacina, depois de testada em um maior número de pessoas, pode ser ou não liberada e licenciada para comercialização. Os testes mais avançados estavam na China (Sinovac, Instituto Biológico de Wuhan/Sinopharm e Instituto Biológico de Pequim/Sinopharm), no Reino Unido (Oxford/AstraZeneca) e nos Estados Unidos (Moderna/NIAID).

O processo de produção de uma vacina, no entanto, é demorado, como alertou a reportagem, explicando que o processo para aprovação de um imunizante passa por várias fases, que começam com a experimentação pré-clínica – quando a eficácia e a segurança da substância são testadas em laboratório e com cobaias – até começarem os testes em seres humanos, também divididos em três fases. Na primeira etapa, avalia-se a segurança do imunizante em um número reduzido de voluntários saudáveis, para se entender qual é o tipo de resposta que o imunizante produz no corpo; na segunda fase, verifica-se, além da segurança da vacina, a sua capacidade de proteção, a dosagem e o modo como deve ser administrada, em um número maior de voluntários que tenham características do público a que será destinada; na terceira e última etapa, amplia-se o número de voluntários mais uma vez, com a intenção de se fazer uma avaliação definitiva da sua eficácia e segurança em maiores populações, além de antecipar eventos adversos e garantir a durabilidade da proteção. Somente no fim deste processo é que se pode fazer um registro sanitário, registrou o G1.

Para auxiliar os projetos em andamento, a OMS anunciou o projeto Covax Facility, que tem como objetivo garantir acesso “rápido, justo e igualitário” às vacinas quando elas ficarem prontas. De acordo com o projeto, as nações de alta e média rendas deverão arcar com os custos de suas

vacinas e os de baixa renda receberão um financiamento para as despesas, informou o Correio Braziliense (20/7). No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou (21/7) ensaio clínico com as vacinas BNT162b1 e a BNT162b2, desenvolvidas em parceria pela norte-americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech, que testará mil voluntários entre São Paulo e Salvador. É o terceiro estudo autorizado pela Anvisa, que já havia liberado em 2 de junho o ensaio clínico da Universidade de Oxford, do Reino Unido, e no dia 3 de julho, a vacina desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan.

De acordo com notícia divulgada pelo jornal o Estado de S. Paulo (21/7), a previsão do ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, é que o Brasil dê início à fabricação da vacina própria contra a covid-19 até dezembro de 2020 ou janeiro de 2021. O jornal também destacou que a pasta negocia prioridade de compra de vacina produzida pela empresa americana Moderna, que segundo ele parte de uma tecnologia não dominada no Brasil (21/07). Pazuello também anunciou que o governo federal prevê ainda a distribuição de 30 milhões de doses da vacina desenvolvida por Oxford com a AstraZeneca até o fim de 2020, o que depende de um acordo que também incluirá transferência de tecnologia para a produção nacional, que será conduzida pela Fiocruz, publicou o Estadão.

Em seu portal de notícias, a Fiocruz já havia noticiado (29/6) acordo com a AstraZeneca, em que formaliza a compra de lotes e transferência de tecnologia da vacina e prevê que a fundação adquira o produto antes do fim dos testes previstos. No anúncio, a agência destacou que a expectativa da biofarmacêutica era produzir um lote com 15,2 milhões de doses até dezembro, e os outros com 15,2 milhões em janeiro de 2021, mas advertiu que antes de uma eventual distribuição, ainda seria necessário esperar as etapas de validação e registro. A ideia é que a produção possa ser totalmente internalizada e nacional, lia-se no portal da instituição (29/6). A Fiocruz também estabeleceu um comitê de acompanhamento técnico-científico das iniciativas associadas a vacinas para a covid-19, no dia 17 de julho.

SUS futebol clube

Não foi apenas a goleada em campo que chamou a atenção dos torcedores do Esporte Clube Bahia, no dia 22 de julho. A vitória por 4 gols a 1 sobre o adversário Náutico não somente garantiu a vaga do tricolor de aço na Copa Nordeste, mas serviu para que mostrasse seu comprometimento com mais uma causa: a defesa do SUS. Em campo, o time que já pediu providências para a contenção do óleo que manchou o litoral brasileiro, combateu o assédio nas arquibancadas e criticou a discriminação com a comunidade LGBTQ, homenageou os profissionais que atuam na linha de frente da luta contra a covid-19, vestindo – literalmente – a camisa do Sistema Único de Saúde. O resultado rendeu frutos. Além da divulgação positiva para a equipe, a pedidos de torcedores a camisa foi colocada à venda no site do clube, que em apenas um dia registrou o pedido de 2 mil peças do uniforme, conforme noticiou o Globo Esporte (24/7). Em sua conta no Twitter, o presidente do Bahia, Guilherme Bellintani, assegurou que valor arrecadado com royalties seria revertido em materiais para uma unidade do SUS em Salvador – o que corresponde a uma doação de aproximadamente R\$ 26 mil reais, de acordo com a assessoria do clube.

O lateral Nino, do Bahia, comemora um gol com a camisa do SUS



ESPORTE CLUBE BAHIA

Fome e pandemia

“Os efeitos negativos da pandemia transformam a situação de fome em uma crise de saúde, e não podemos considerá-la uma ameaça que possa surgir no futuro, um problema de amanhã. Temos que fazer mais agora”, alertou Qu Dongyu, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no lançamento de um relatório lançado pela FAO, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA). No documento, lançado em 17 de julho, os organismos da ONU advertem que pelo menos 25 países e regiões devem ser severamente atingidos por “níveis arrasadores” de fome por causa da crise econômica gerada pelo novo coronavírus, e indicam que a África será o continente mais afetado pela ameaça. Na América Latina e no Caribe, o aumento da insegurança alimentar poderá ser de 269%. A previsão, segundo o relatório, é que a situação atinja mais de 270 milhões de pessoas em todo mundo, e que sem assistência, uma média de 6 mil crianças poderão perder a vida, por dia, por conta da fome. Saiba mais: <https://bit.ly/32QZAnH>

Covid na vizinhança

A agência Lupa lançou, em parceria com a Google News Initiative (24/7), uma ferramenta de visualização de dados que simula como ficaria a vizinhança de quem consulta, caso as mortes se concentrassem ao seu redor. “O objetivo de ‘No epicentro’ é mostrar ao usuário, a partir de referências familiares, o tamanho da epidemia no país”, informou a agência, levando-se em consideração que a maioria das pessoas tem dificuldade em transformar números em informações reais. Assim, ainda que o número mostrado pela ferramenta não seja exatamente um reflexo da realidade, o objetivo é gerar impacto visual e empatia nas pessoas, de modo que se sensibilizem para a crise sanitária que impacta o mundo. Para acessar: <https://bit.ly/39xaC2L>

Se liga no Corona!

A campanha “Se liga no Corona!”, da Fiocruz, reuniu representantes de diferentes religiões, no Rio de Janeiro, para reforçar, por meio de mensagens sonoras, a necessidade das medidas de higiene e prevenção para o cuidado nesses espaços diante da flexibilização da quarentena e enfrentamento da covid-19. Foram convidados padre Gegê e a ministra da eucaristia Helena Edir, da Igreja Católica, a filha de santo Ana Bartira, da Umbanda, e Lucia Helena, da Igreja Batista, que gravaram áudios que podem ser baixados gratuitamente e usados por emissoras de rádio e veículos com aparelhagem de som nas plataformas de streaming Spotify e Sound Cloud. Para acessar: <https://bit.ly/39qtwpb>

O custo da criminalização

“Se são 500 mil abortos por ano no Brasil, e metade desses procedimentos exigem hospitalização, são 20 mil leitos de hospital ocupados todo mês por conta da clandestinidade do aborto. Liberaríamos 20 mil leitos todos os meses se descriminalizássemos o aborto no país”.

Da antropóloga Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília (UnB) e coautora da Pesquisa Nacional de Aborto, em uma live da revista Marie Claire (17/7).

Amazonizar é preciso

A tenta à conjuntura em que o desmatamento e a grilagem, as queimadas, a mineração e o garimpo se intensificam, “tornando-se agentes de proliferação do coronavírus nas comunidades da região amazônica”, e ao contexto de aumento da violência contra os povos tradicionais, a comissão episcopal para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou, em parceria com outras organizações eclesiais e da sociedade civil, a campanha “Amazonizar-te” (27/7). O objetivo do movimento, cujo título parte do neologismo “amazonizar” - usado pela primeira vez em uma carta pastoral do então bispo da diocese de Rio Branco, no Acre, Dom Moacyr Grechi, em 1986 -, é convocar organizações, artistas e formadores de opinião, pesquisadores e cientistas para que promovam uma sensibilização sobre a realidade “de muitas vidas injustiçadas, expulsas de suas terras, torturadas e assassinadas nos conflitos agrários e socioambientais, vítimas de uma política norteada pelo agronegócio e por grandes projetos econômicos desenvolvimentistas que não respeitam os limites da natureza nem a sua preservação”. Saiba mais: <https://bit.ly/2WRAbqj>



2017 © S. LO
EDUARDO DE OLIVEIRA

Força do guerreiro

“Doença chega a qualquer dia e ataca alguém da nossa família. Queria que todas as pessoas pensassem nisso, respeitassem e amassem o outro. Devemos amar uns aos outros, doença não marca dia”.

Do cacique Raoni Metuktire, de 89 anos, líder da etnia Kaiapó, na entrevista coletiva que concedeu ao receber alta da internação em Sinop, no Mato Grosso (25/7), onde tratou de infecções no intestino.

FUTURO DE PLÁSTICO?



29 MILHÕES DE TONELADAS

é o número estimado do volume de plásticos que entrará no mercado em 2040. Em 2016, a quantidade era de 11 MILHÕES DE TONELADAS.

600 MILHÕES DE TONELADAS

é o número estimado do volume de plásticos que será lançado nos oceanos, QUATRO VEZES MAIOR que em 2016.



PEXELS

Fundeb aprovado na Câmara

A aprovação (21/7) do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na Câmara dos Deputados foi considerada uma grande vitória da educação brasileira. Criado em 2007, o principal mecanismo de financiamento das redes públicas de ensino do país iria expirar no final de 2020. Educadores e gestores vinham alertando para o risco de apagão na educação pública caso o Fundeb não fosse renovado. Com a vitória quase unânime nos dois turnos na Câmara Federal, a proposta segue para o Senado. Se aprovado, o fundo passa a ser incluído permanentemente na Constituição, transformando-se numa política de Estado.

A versão apresentada pelo governo era de que o Fundeb só entrasse em vigor a partir de 2022, com a participação da União em 12,5%. A contribuição federal só chegaria a 20% em 2027, como explica reportagem no jornal Zero Hora (21/7). Com isso, o Ministério da Economia pretendia que os recursos do fundo, hoje exclusivos para a educação, também fossem usados para ações de assistência social e pudessem compor o Renda Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família. O governo retirou a proposta após um acordo com parlamentares, com o objetivo de aprovar o Renda Brasil no futuro.

De acordo com a proposta aprovada na Câmara, a contribuição da União para o Fundeb crescerá de forma gradativa de 2021 a 2026, de forma a substituir o modelo atual. Os recursos do Fundeb financiam principalmente o pagamento

O QUE É O FUNDEB?

Conjunto de 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal), do qual se arrecada dinheiro para o pagamento de professores e o desenvolvimento e manutenção de todas as etapas da educação básica — creche, pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Ensino Superior não entra nessa conta.

Fonte: Jornal Zero Hora

dos professores das escolas infantis ao ensino médio em todos os municípios e Estados brasileiros — o texto aprovado na Câmara definiu o mínimo de 70% de todo o valor do Fundeb para o pagamento dos salários dos profissionais da educação básica.

Apesar de considerar a inclusão permanente do fundo na Constituição uma vitória, profissionais de educação ouvidos pelo Nexo (23/7) dizem que recursos para as redes públicas ainda são insuficientes. “Não vou dizer que o texto aprovado é o que a gente precisa para resolver os problemas da educação no país, mas foi um texto que, diante do momento em que vivemos, é uma vitória”, afirmou Catarina de Almeida Santos, coordenadora do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. “A União ainda é quem mais arrecada e menos coloca dinheiro na educação. Mas foi um avanço significativo que tem de ser comemorado”, disse Marcelino José Marcelino Pinto, doutor em educação pela Unicamp e professor titular da USP.

Fique de olho!

Com o crescimento e visibilidade da luta dos entregadores de aplicativos (veja reportagem de capa na página 16), vem ganhando destaque uma plataforma multidisciplinar voltada para motoboys/motogirls e profissionais de entrega, transporte e logística. Intitulada Ed+ Educação e idealizada por Marcelo Dal Mas, professor voluntário de Filosofia para a alfabetização de adultos, a plataforma vem conectando esses trabalhadores à tecnologia por meio de videoaulas sobre assuntos diversos que vão de segurança, administração e finanças até mecânica. Saiba mais em <https://edmaiseducacao.com.br/>

Pesquisa em tempos de pandemia

Pesquisadores de áreas diversas vêm tentando compreender os impactos da pandemia de covid-19 em diferentes aspectos da realidade contemporânea, seja as condições de trabalho de profissionais de saúde que estão na linha de frente do enfrentamento do novo coronavírus, seja as medidas de segurança e organização dos estabelecimentos de saúde ou mesmo os sonhos dos brasileiros durante o período de isolamento social. Radis separou seis pesquisas on-line em andamento, para quem quiser conhecer um pouco mais e/ou participar.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

A pesquisa nacional “Condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da covid-19 no Brasil”, coordenada pela Fiocruz, em parceria com os conselhos federais de Enfermagem e de Medicina, tem o objetivo de conhecer as condições de vida e trabalho de médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e fisioterapeutas que atuam diretamente na assistência e no combate à pandemia do novo coronavírus. Para participar: <https://bit.ly/331PhNH>

SEGURANÇA PROFISSIONAL

Realizado pelo Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente do Proqualis (Icict/Fiocruz), o inquérito “Segurança do profissional da área de saúde durante o enfrentamento da infecção pelo novo coronavírus (covid-19)” tem como objetivo avaliar o risco a que os profissionais de saúde estão submetidos e as medidas que estão sendo tomadas nos estabelecimentos para a proteção de profissionais e pacientes. A pesquisa vai ouvir profissionais e gestores. Para participar: profissionais - <https://bit.ly/3f9Rj0F> e gestores - <https://bit.ly/2DamvQe>

SONHOS NA PANDEMIA

Analisar, sob a ótica da psicanálise, as alterações nos sonhos das pessoas diante do cenário excepcional de pandemia e tentar compreender as consequências psíquicas deste momento. Este é o objetivo da pesquisa “Sonhos em tempo de pandemia”, realizada no Instagram por docentes das universidades federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, além da USP. Para participar: @sonhosconfinados, no Instagram, ou forms.gle/k9SWVsjd9dLvHqv7

VIVER EM CORONA

A pesquisa “Viver em corona” é desenvolvida por uma equipe de pesquisadores de diferentes institutos internacionais, com a participação brasileira do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Fiocruz). O inquérito visa avaliar como a pandemia vem impactando as formas de como a sociedade se relaciona e relacionará daqui para frente. Para participar: <https://lifewithcorona.org/ptb/>

SAÚDE NA ENFERMAGEM

A pesquisa “Saúde mental de profissionais de enfermagem do Brasil no contexto da covid-19”, parceria da Escola de Enfermagem (EE) da USP com diversas universidades, quer analisar a saúde mental de enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e obstetras, atuando em serviços de saúde, no ensino e pesquisa, ou sem atuação no momento. Para participar: <https://bit.ly/3fep9BS>

SAÚDE MENTAL

A pesquisa “Influência da covid-19 na saúde mental da população brasileira e de seus profissionais de saúde”, realizada em parceria pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Associação Brasileira de Impulsividade e Patologia Dual (ABIPD) e a Faculdade de Medicina da UFMG, quer compreender os efeitos da pandemia na saúde mental, considerando os quadros específicos de doenças psiquiátricas prévias. Para participar: www.bit.ly/covid19esaudementalnoBrasil

EXCLUSÃO



NADA REMOTA

Desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia

LUIZ FELIPE STEVANIM

“NINGUÉM PARA TRÁS

Para pagar a fatura da internet e manter sua rotina de estudos, Emanuel Obolari Protásio, de 17 anos, precisa colher oito balaios de café. Filho de pais agricultores, o estudante estava sem acesso à internet em casa há um ano, por conta de dificuldades financeiras, e precisou encontrar uma solução com o início da pandemia de covid-19 para continuar se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Sem aulas presenciais desde que foram adotadas medidas de distanciamento social com o novo coronavírus, o jovem agora divide seu tempo entre o trabalho na lavoura, para ajudar na renda familiar, e os estudos, enquanto aguarda o retorno ainda não previsto das aulas na Escola Estadual Fazenda Paraíso, na zona rural de Espera Feliz — município mineiro na região da Serra do Caparaó, conhecido pela produção cafeeira.

“A escola era o lugar mais apropriado que eu tinha para estudar. Depois da paralisação, tive que trabalhar muito para conseguir colocar internet na minha casa e continuar meus

estudos”, conta. O sonho de ingressar numa universidade, que parece distante para os estudantes rurais, precisou esperar um pouco mais com a pandemia. “Entre trabalho e estudos, minha rotina passou a ser bem mais cansativa e essa também é a realidade de muitos estudantes que vivem no campo. No contexto de incertezas que estamos passando, a gente começa muitas vezes a duvidar se esses sonhos são possíveis”. Emanuel explica que, em sua escola, os estudantes encontram dificuldades para acompanhar as aulas remotas e manter o cronograma de estudos, por conta da exclusão digital ou pela ausência de espaços apropriados para estudar em casa. “No campo, boa parte dos estudantes não têm acesso a essas tecnologias, seja porque têm falta de recursos em casa ou por morarem em lugares onde não pega internet”.

Como era o caso de Emanuel até recentemente, 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, no Brasil, vivem em domicílios sem acesso à internet — o que corresponde a 18% dessa população. Se levar em conta a forma de acesso, 58% dos brasileiros nessa faixa etária

acessam à internet exclusivamente pelo celular — o que pode dificultar a execução de tarefas relacionadas a aulas remotas emergenciais durante a pandemia. Os dados, divulgados em junho de 2020, são da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019, que busca entender como os jovens brasileiros utilizam a internet — o levantamento é feito desde 2012 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e outras instituições.

Entre pressões para o retorno das aulas presenciais e a implementação do ensino remoto emergencial, alunos e trabalhadores da educação se deparam com uma realidade: a exclusão digital, que dificulta a adoção de medidas como aulas e avaliações pela internet. “Feito às pressas, o ensino remoto esbarra na falta de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos por parte de estudantes e professoras e professores e na impossibilidade de estudo e planejamento por parte do corpo docente sobre aulas à distância que não reforcem um modelo tradicional de ensino”, aponta Luísa Guedes, diretora do Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro) e professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para ela, o retorno às atividades presenciais depende de investimento e de medidas sanitárias efetivas.

Com o calendário escolar interrompido pela covid-19, estudantes de Ensino Médio enfrentam dificuldades para se preparar para o Enem, principal forma de ingresso nas universidades públicas. Mesmo com o crescimento do número de casos do novo coronavírus pelo país, no fim de março, o Ministério da Educação bateu o martelo: as datas das provas estavam mantidas para novembro. Jovens com celulares de última geração, notebooks e espaço adequado para estudos apareciam na publicidade do MEC — ainda sob gestão de Abraham Weintraub. “A vida não pode parar”, afirmava um deles no vídeo. O recado estava dado: os estudantes deveriam “se virar”.

Como resposta, surgiu a campanha #AdiaEnem, promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), para que nenhum estudante tivesse seu ingresso na universidade prejudicado pela pandemia. Emanuel também fez parte do movimento. Com caneta verde, ele escreveu a frase “Agricultores também querem entrar na universidade!” e tirou uma foto sua, que foi compartilhada nas redes sociais. “A juventude quer ter acesso a uma educação igualitária para todos os estudantes brasileiros, seja da periferia, das comunidades tradicionais ou rurais”, ressalta. Além de garantir que “os sonhos de estudantes por todo o Brasil não fossem interrompidos”, a campanha #AdiaEnem levantou a pauta da democratização do acesso à internet no Brasil, pontua Emanuel. “Essa é uma luta que terá de ser travada urgentemente entre as entidades estudantis e os governos por todo o Brasil para garantir uma educação inclusiva para todos”.

O movimento dos estudantes saiu vitorioso com o adiamento do Enem, em maio. O MEC, no entanto, anunciou as novas datas para janeiro de 2021, sem que haja previsão de condições adequadas para o retorno às aulas até lá. Entre a lavoura de café e a escola, Emanuel pontua que as desigualdades sociais em relação a grupos específicos — como

estudantes negros, indígenas, moradores de periferia e do campo — são obstáculos à garantia do direito à educação. “Quando falamos de comunidades LGBTQs, rurais, pessoas de periferia e quilombolas, elas têm nítidas desvantagens sobre a juventude de grandes cidades, privilegiadas”, reflete.

O jovem conta que seus pais eram empregados nas fazendas de café da região, até que em 2008 conquistaram a própria terra, em um assentamento por meio do crédito rural. Eram tempos difíceis, em que iam para a lavoura a pé ou de bicicleta. Durante três anos, a família morou na tulha usada para armazenar grãos e contava com energia elétrica precária. Na Escola Fazenda Paraíso, Emanuel foi presidente do grêmio estudantil e ressalta que “a juventude tem que começar a ocupar espaços políticos, porque só assim ela vai conseguir elaborar projetos que favoreçam os jovens”. “Ainda faltam muitos espaços para os estudantes serem ouvidos”, avalia. Sobre sonhos e projetos, ele cita que tem desejos muito mais coletivos do que individuais, como o fortalecimento de uma educação pública de qualidade. Costuma usar uma frase para definir sua trajetória: “Carrego no peito os mais belos sonhos de toda uma juventude”.

“NÃO É SÓ ENTREGA DE CONTEÚD

A pandemia não dificulta o ensino apenas pelos problemas de acesso à tecnologia digital por uma parcela dos estudantes — também o papel da escola como espaço de interação e desenvolvimento é afetado. “A escola é um lugar importantíssimo de socialização de crianças e jovens na sociedade em que vivemos”, afirma Luísa Guedes. Por isso, não basta pensar alternativas para a “entrega de conteúdo” aos estudantes, como se somente isso garantisse o processo de aprendizagem — a escola é também “um lugar que proporciona debate, de encontro com a pluralidade de ideias e com realidades diferentes, de produção de pensamento e contato com as artes”, define a professora do Colégio Pedro

4,8 MILHÕES

de crianças e adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos, não têm acesso à internet em casa

58% DOS JOVENS

acessam à internet exclusivamente pelo celular — o que pode dificultar a execução de tarefas relacionadas a aulas remotas emergenciais durante a pandemia

Fonte: Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019 (Cetic.br)

SEM ACESSO



À INTERNET

ACERVO PESSOAL

Luísa Guedes

SEM ACESSO



À INTERNET

Eriki Terena

Mute

Stop Video

Invite

Manage Participants 28

Polling

Share

“ O ensino remoto emergencial ainda traz um prejuízo à autonomia do trabalho de professoras e professores ”

Luísa Guedes, professora

Para a educadora, a pandemia criou um cenário propício para a ampliação da modalidade de Educação a Distância (EaD) no Ensino Básico e implementação do homeschooling ou educação domiciliar — que já eram projetos defendidos pelo governo federal antes da chegada do novo coronavírus. O perigo, segundo ela, é transformar em “novo normal” o modelo de ensino precário adotado de forma emergencial na pandemia. “É importante lembrar que já havia um projeto

por parte do governo federal sustentado por um discurso de ‘inovação’ e de ‘modernização’ do sistema educacional, mas que, na verdade, se traduz em menos investimentos do poder público na educação”, analisa.

Diante da impossibilidade de retorno às aulas presenciais, as propostas de ensino remoto ganharam força — primeiro entre as instituições particulares e depois mesmo para as públicas. “As escolas particulares, rapidamente, se reorganizaram para dar conta dessa demanda, como medida para garantir o pagamento das mensalidades”, constata Luísa. O resultado, porém, tem sido prejudicial, na sua avaliação, para a saúde física e mental dos estudantes, de suas famílias e dos educadores, que tiveram que se adaptar a uma atividade para a qual não foram capacitados. Ainda há o risco de exposição e de perseguição para os docentes, principalmente para aqueles que se posicionam criticamente em relação às desigualdades sociais, de gênero e raciais. “O ensino remoto emergencial ainda traz um prejuízo à autonomia do trabalho de professoras e professores que, expostos nas redes sociais, perdem o controle sobre a autoria do seu trabalho, estando sob o risco da sua fala ser reproduzida de maneira descontextualizada”, considera.

A exclusão digital é o primeiro obstáculo à implementação das aulas à distância, tanto para alunos quanto para educadores. De acordo com a professora, esse modelo baseado nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) surge como “solução salvadora” — mas, por si só, “tecnologia não é sinônimo de inovação”. “A implementação do ensino remoto normaliza um modelo que abre caminhos para a implementação da EaD como modelo de ensino oficial,



Emanuel Obolari

SEM ACESSO



À INTERNET

“ A escola era o lugar mais apropriado que eu tinha para estudar. Depois da paralisação, tive que trabalhar muito para conseguir colocar internet na minha casa e continuar meus estudos ”

Emanuel Obolari Protásio, estudante



futuramente”, alerta Luísa. Por trás dessa proposta, aponta, está uma agenda empresarial que apresenta alternativas ao ensino presencial, por meio da venda de pacotes privados de ensino remoto, incluindo plataformas digitais para as redes públicas — o que significa, em outras palavras, “privatização da educação pública”.

Porém, a decisão dos servidores do Colégio Pedro II, votada em assembleia, foi a recusa pelo ensino remoto. “Não havendo acesso igual para todos, não haverá atividade de ensino e, portanto, não haverá contabilização de carga horária letiva”, afirma Luísa. Segundo a educadora, mesmo que contassem com acesso à internet e a dispositivos compatíveis com a proposta de aulas remotas, uma parcela significativa dos estudantes não teria condições de acompanhar as atividades de casa, por não dispor de espaço adequado para estudos ou pela necessidade de compartilhar o equipamento com outros membros da família. A situação é ainda mais complexa quando se trata de crianças, por não terem autonomia para gerir seus processos de ensino-aprendizagem. “Teria que ser garantida a presença de familiares que ajudassem na mediação das tarefas, o que supomos não ser possível de garantir de forma emergencial”.

O acesso à internet é considerado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), um direito humano fundamental — não garantido para uma parcela dos estudantes brasileiros, como lembrou Rozana Barroso, presidente da Ubes, em live da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (29/6). “As nossas escolas públicas, em sua maioria, não acompanham o desenvolvimento da tecnologia”, afirmou. Para Guilherme Machado, aluno do 1º ano do Curso Técnico em Biotecnologia

do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), a exclusão digital é uma marca da desigualdade entre os estudantes brasileiros. “Muitos alunos sumiram durante a pandemia, porque não têm acesso ao meio digital. É uma triste realidade”, relata. Segundo ele, aula remota não pode ser sinônimo de “jogar exercício”, pois isso não garante o processo de aprendizagem.

Adotada de forma emergencial na pandemia, a modalidade de ensino remoto traz consigo, na avaliação de Luísa, os riscos de “uberização do ensino” travestida de “modernização”. “Esse modelo pressiona o sistema educacional a assumir um caráter tecnicista que reduz a educação à entrega de conteúdos, que é o que tem de mais tradicional no ensino”, aponta. Segundo a educadora, outra ameaça que ronda nesse contexto é a proposta de homeschooling [ou ensino domiciliar], com a substituição integral da frequência à escola pela educação doméstica. “A educação domiciliar, especificamente, atende a uma agenda liberal/conservadora que visa reduzir não só investimentos na educação, mas também a participação do Estado nas esferas sociais, além de restringir a formação de crianças e jovens aos valores da família”, critica. Restritos ao ambiente doméstico e com o espaço físico escolar substituído por um ambiente virtual, os estudantes deixariam de se confrontar com outras realidades — além de conviver e de ocupar as ruas.

“SOMOS INVISÍVEIS”

O sonho de Eriki Terena de estagiar num escritório de advocacia e se preparar para a defesa dos direitos de seu povo teve de ser adiado. Quando chegaram as notícias dos

primeiros casos de covid-19 em Campo Grande, onde ele mora para cursar a faculdade de Direito na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), o indígena da etnia terena não hesitou: era a hora de retornar para sua terra e cumprir o distanciamento social na aldeia. “Se eu ficasse lá [em Campo Grande], durante a pandemia, corria o risco de ficar muito mais tempo sem ver minha família”, conta à *Radis*. As aulas na universidade, porém, continuaram por ensino remoto. E três meses depois, Eriki enfrenta a dificuldade de acesso à internet para acompanhar o cronograma do curso e entregar as atividades em dia.

Na aldeia, a internet é escassa. Não há torre de celular por perto, o que significa que os indígenas não contam com rede 4G. O único acesso à internet possível é por rede wifi, em apenas alguns pontos. “A exclusão digital é ainda uma barreira para a sociedade brasileira em geral, não seria diferente para os povos indígenas”, afirma o estudante de 22 anos. Oriundo da Terra Indígena Taunay/Ipegue, no município de Aquidauana, no Pantanal Sul-mato-grossense, Eriki Paiva é também biólogo e reforça que a luta pelo direito à educação entre os povos indígenas é uma estratégia de sobrevivência. “Quando entramos numa universidade, buscando conhecimento técnico, esse conhecimento volta para a aldeia quando cada de nós se formar e estiver pronto para atuar, como médico, advogado ou professor, garantindo a existência e a resistência de nosso povo”, pontua.

A desigualdade de acesso à tecnologia digital e à internet é mais um obstáculo na trajetória de estudantes indígenas que sonham em se formar na universidade — e essa realidade se agravou com a pandemia de covid-19, com a implementação das aulas à distância. “O ensino remoto nas universidades e nas

escolas brasileiras desconsidera a diversidade de alunos que temos. As universidades públicas têm sobretudo a missão de serem inclusivas. Quando elas decretam o ensino remoto, deixam de pensar nesse propósito de inclusão, porque excluem pessoas que não têm acesso”, avalia. Além de escassa, a internet na aldeia também é inconstante, porque a energia elétrica ou o próprio sinal caem com frequência. “Teve dias que não consegui mandar trabalho na data estipulada. Quando chove demais e a internet fica inconstante, também deixei de fazer algumas atividades”, ressalta Eriki.

Se as barreiras digitais aumentam as desigualdades entre os estudantes brasileiros, para a juventude indígena a internet é também ferramenta de luta, por meio do exercício do direito de expressão e comunicação. “Nela nós podemos ser ouvidos. A gente pode expor nossas opiniões e obter parceiros em nossa luta. Para um jovem indígena, é realmente uma estratégia de vida e de sobrevivência”, ressalta. O indígena terena integra o grupo que monitora a presença da covid-19 nas aldeias. Na terra de seu povo, eles mantêm a fiscalização sobre quem entra e sai. “A covid-19 escancara o quanto somos invisíveis aos olhos do Estado, o quanto o Estado brasileiro é genocida e legisla a favor da nossa morte. Quando nós temos a negação do acesso à água potável por parte do presidente, quando temos negado o direito a leitos hospitalares, quando temos os jornais noticiando pouco tudo o que tem acontecido nos territórios”, pontua. Para ele, “território também é saúde” e a não garantia desse direito aos povos indígenas aumenta a negligência no contexto da pandemia.

“CRISE DENTRO DA CRISE”

O cenário da educação brasileira na pandemia é de “uma crise dentro da crise”, na avaliação de Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Segundo ela, as desigualdades estruturais “emergiram à superfície nesse momento de pandemia”. “As políticas adotadas para a educação, como a implantação de educação remota mediada por tecnologias, foram pensadas de forma alheia a essa desigualdade, sem trazer caminhos de solução dos problemas estruturais. E elas não deram certo”, avalia. Em um momento em que se exige a manutenção dos estudos em casa, estudantes brasileiros convivem com problemas de saneamento e acesso a água e alimentos, ausência de um ambiente de qualidade para estudos e falta de apoio dos pais e responsáveis, que por vezes também não tiveram

SEM ACESSO



À INTERNET

aValer



Andressa Pellanda

SEM ACESSO



À INTERNET



Stop Video



Invite



28

Manage Participants



Polling

Share

garantido o direito à educação ou precisam trabalhar em cargas horárias exaustivas, aponta.

Os países que melhor responderam aos desafios da pandemia, de acordo com Andressa, foram aqueles que destinaram financiamento adequado e implementaram políticas com gestão democrática e cooperação. “O Brasil não só é um mau exemplo no primeiro ponto, por conta das políticas de austeridade ainda vigentes e da falta de investimentos adequados, como também do segundo ponto, já que as decisões foram tomadas de forma verticalizada e descoladas da realidade do país”, analisa. Segundo ela, durante a pandemia, o Brasil não tem investido na formação de professores e em insumos adequados para a qualidade na educação, seja para implementar as atividades remotas ou para a reabertura segura com condições sanitárias. “Professores e estudantes, sujeitos nucleares do direito à educação, não foram ouvidos por boa parte das redes de ensino antes de serem implementadas as políticas emergenciais e não estão sendo ainda. O resultado disso é um aprofundamento das discriminações e da exclusão escolar.”

No momento da pandemia, é preciso ainda garantir proteção social a estudantes, suas famílias e profissionais da educação, na visão da coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação — para evitar situações que comprometam

a segurança alimentar, a saúde e outros direitos, como casos de exploração sexual e violência doméstica. “A escola é um dos aparelhos públicos com maior capilaridade do país e por ela também precisam passar estratégias de proteção, com aprofundamento de vínculos entre comunidade escolar e famílias, de forma a prevenir, monitorar e dar encaminhamento adequado para casos de vulnerabilidade e violações”, comenta. A política emergencial de educação deve, segundo ela, levar em conta o cenário de seguridade social em que a população está inserida e atuar como um canal de diálogo, apoio e proteção — e não ser mais um fator de pressão e estresse emocional e psicológico.

A realidade, porém, aponta para um cenário de discriminações e de aprofundamento das desigualdades sociais, educacionais e regionais, como resultado das políticas emergenciais adotadas na educação. Segundo Andressa, esse contexto inclui a tentativa de grupos privados de implantar uma política de educação a distância automatizada, gerando mais exclusão, além da precarização do trabalho dos profissionais do setor. “É um cenário grave de redução do direito à educação e é preciso ter em mente que a causa não é só a pandemia, mas também o interesse privatista de grupos que defendem uma educação pobre para os pobres e que, ainda por cima, dê lucro para eles”, reflete.

E O RETORNO?

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fiocruz lançou o “Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da covid-19” (24/7), que destaca as condições necessárias para o retorno às aulas em segurança — as orientações se referem muito mais a “como” do que “quando retornar”. Em outro documento, a Fiocruz alerta que a volta às aulas pode representar um perigo a mais para cerca de 9,3 milhões de brasileiros que são idosos ou adultos com problemas crônicos de saúde e pertencem a grupos de risco para a covid-19. De acordo com a nota técnica do MonitoraCovid (23/7), isso ocorre porque essas pessoas vivem na mesma casa que crianças e adolescentes em idade escolar (entre 3 e 17 anos) — com base na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2013), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Laboratório de Informação em Saúde (LIS) da Fiocruz.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação também publicou um guia com 20 recomendações necessárias para a reabertura das escolas e o retorno às aulas. As orientações enfatizam a necessidade de diálogo com a comunidade escolar e também recomenda a adoção de protocolos sanitários no nível de cada escola, com diagnósticos, financiamento e condições seguras. “Por conta do negacionismo em relação à pandemia, estamos fazendo um processo de volta às aulas muito precipitado e que pressiona para a reabertura precoce das escolas”, avalia Andressa Pellanda. De acordo com ela, sem financiamento adequado e condições de qualidade, o retorno representa “um risco muito grave em termos de contaminação e de mortes”.

Na visão de Luísa Guedes, o fechamento das escolas no início da pandemia deixou evidente para a sociedade a gravidade da situação. “Assim, a volta às aulas tem um peso simbólico para a construção da ideia de que se restaurou a normalidade que sustentaria a posição negacionista tomada pelo governo”, avalia. No entanto, ela considera que não há condições para o retorno às atividades presenciais, sem colocar em risco a vida de estudantes, famílias e trabalhadores da educação. “A construção de uma alternativa para o retorno precisaria de políticas sanitárias e de investimento na educação que não estão sendo construídas”. Para ela, basta olhar para o contexto pré-pandemia: salas de aula com número excessivo de alunos, estruturas físicas precárias, quadro insuficiente de profissionais de educação e pessoal de limpeza, problemas de abastecimento de água e falta de material de limpeza, incluindo sabão para lavar as mãos.

“Como os sistemas de educação vão garantir a oferta de transporte público seguro pra comunidade escolar? Como é que faz para que crianças mantenham o distanciamento umas das outras e de nós professoras e professores e mais, em que concepção de educação caberia um ensino-aprendizagem de crianças pequenas que vão à escola, mas que não podem estar juntas, brincar, abraçar?”, indaga. Segundo Luísa, a pandemia traz a necessidade de olhar para as questões de democratização, igualdade e acesso. “Pensar o projeto de educação pública que se quer é pensar no tipo de sociedade que desejamos construir e essa sociedade que queremos é aquela constituída por pessoas livres, autônomas, portadoras de direitos. E pra que sejam tudo isso, é preciso estarem vivas”. 



OLHA O BREQUE!

Movimento dos entregadores vem chamando a atenção para a precariedade das relações de trabalho nas plataformas digitais

www.delivery.com.br
TEXTU: ANA CLÁUDIA PERES

ARTE: EDUARDO DE OLIVEIRA



FOTO: ACERVO PESSOAL

— SOU ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA E NÃO TIVE A MINHA BOLSA RENOVADA. SEM RENDA MENSAL E COM MINHA MÃE DESEMPREGADA, COMECEI A FAZER ENTREGAS. EU NÃO NUTRIA NENHUMA ILUSÃO DE SER EMPREENDEDORA COM ISSO, MAS ACHEI QUE FOSSE RECEBER O SUFICIENTE PARA ME SUSTENTAR. IMAGINAVA QUE SERIA ALGO EM TORNO DE 40 REAIS POR DIA VIA APLICATIVO. NÃO É VERDADE. EU FAZIA EM MÉDIA 15 REAIS, O QUE É MUITO POUCO. E OLHA QUE TINHA DIAS QUE EU PEDALAVA ATÉ 50 QUILOMETROS.

TIRZA FERREIRA, ENTREGADORA EM PORTO ALEGRE

Tirza Ferreira, 21 anos, é mineira, mas mora em Porto Alegre. Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), faz parte de um número cada vez maior de brasileiros que buscam alternativas de trabalho nas plataformas digitais – em 2019, eram quase quatro milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quando se viu sem os 400 reais mensais da assistência estudantil e preocupada com as contas em casa, Tirza não pensou duas vezes. Tirou a bicicleta *speed* da garagem e tentou cadastro nos serviços de *delivery* – ficou na lista de espera de um deles; não conseguiu completar a ficha no outro; foi aceita por um terceiro. Ignorou a condromalácea patelar [*problema que gera um desgaste na cartilagem do joelho*] e deu início à rotina de entregadora. No domingo em que *Radis* conversou com Tirza, a lesão havia se agravado por conta dos muitos quilômetros pedalados diariamente e ela estava há uma semana sem poder trabalhar. São dela os depoimentos que você vai ler ao longo desta reportagem.

Tirza não sabia que, para começar como entregadora de App, teria gastos. As plataformas digitais não se responsabilizam nem mesmo pelos custos das *bags* – aquelas caixas térmicas de cores chamativas que os entregadores carregam feito mochilas. Como precisou pagar 100 reais por uma usada, teve de adiar a compra do capacete, item que pode custar de 50 a 1.200 reais, dependendo do modelo. Só recentemente passou a circular com a proteção na cabeça – depois que usou as redes sociais para pedir um capacete emprestado, foi surpreendida com a doação do equipamento por uma desconhecida. Saía de casa pela manhã e trabalhava de seis a oito horas, seis dias por semana. Sabia reconhecer o cheiro de cada comida que levava nas costas, mas não recebia do aplicativo qualquer ajuda para alimentação. “Ou ficava com fome até voltar pra casa ou comprava algo bem barato para comer na rua”, disse. “Não temos nenhum direito ou qualquer

relação com o App. Você apenas abre a plataforma e fica ali, rodando na cidade, a espera de pedidos. Eu juro. É um desamparo absurdo”.

Foi contra essas condições e em busca de melhoria nas relações de trabalho que os entregadores iniciaram recentemente um movimento conhecido como “Breque dos Apps”, quando as redes sociais foram tomadas por relatos e imagens que alertavam para a precariedade de suas rotinas em aplicativos como Ifood, Uber Eats e Rappi, para citar os principais serviços de entrega por aplicativo no país. A enxurrada de postagens funcionou como ensaio para os dois dias de paralisação nacional das atividades da categoria, que aconteceram em 1º e 25 de julho, com atos e protestos pelas ruas. Nos outros dias, os entregadores passaram a circular com slogans estampados nas *bags* e capacetes. “Nossas vidas valem mais que o lucro deles”, alertava um adesivo que acabou virando a síntese do movimento. “Arriscando a minha vida para matar a sua fome – e a minha!”, dizia outro.

A mobilização por direitos acontece em plena pandemia de covid-19, momento em que houve um crescimento no número de entregadores, quando os pedidos em domicílio ficaram mais frequentes e a atividade assumiu um papel essencial no auxílio à quarentena nas grandes cidades. Toda a articulação nas redes fez com que as hashtags #brequedosapps, #grevedosapps e #grevedosentregadores estivessem entre os cinco assuntos mais comentados do Twitter em alguns dias do mês de julho. Mas não foi só isso. Acabou chamando a atenção para um fenômeno ainda mais complexo que já atinge inúmeras outras categorias e recebeu a sugestiva denominação de “uberização do trabalho” – numa referência ao aplicativo de transporte Uber, um dos pioneiros desse modelo que, apoiado nas tecnologias móveis, se caracteriza pela ausência de vínculo empregatício e cujos riscos e custos das atividades ficam a cargo do trabalhador.

Entregadores se integram ao movimento "Breque dos Apps", em protesto no Centro do Rio de Janeiro, dia 1º de julho.



Do lado dos aplicativos, o argumento é que as plataformas apenas intermediam a ligação entre os clientes e aqueles que fornecem o serviço e que funcionam antes como parceiros das categorias. Já os trabalhadores reclamam das condições desiguais que se manifestam em gestões pouco transparentes, nas baixas taxas de remuneração e na falta de segurança e proteção que, segundo afirmam, teriam ficado ainda piores com a covid-19 à espreita. Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), Márcia Teixeira explica que a relação desses trabalhadores com os aplicativos é baseada no conceito de "parceria". "O trabalhador assina um 'termo de uso', não um contrato de trabalho", diz. "Isso é novo e foge do enquadramento legal de uma relação de trabalho, o que acarreta inúmeros problemas e provavelmente aumenta a exploração".

A pesquisadora integra um grupo de pesquisa que discute as condições de saúde e trabalho em plataformas digitais e, desde o ano passado, vem investigando mais detalhadamente a situação de motoristas e entregadores de aplicativos. Para dar uma ideia da precariedade desse modelo, Márcia destaca o caso dos motoristas, cuja regulação do trabalho por

App até bem pouco tempo ainda tinha base na mobilidade urbana. "Ou seja, era a Lei de Trânsito que abrigava esse assunto, que só recentemente vem sendo tratado como uma questão trabalhista". Mal resolvida do ponto de vista jurídico, a parceria isenta a empresa de responsabilidades e abre brechas que deixam o trabalhador muito vulnerável, aponta Márcia, acrescentando que o processo de trabalho por plataforma digital gerenciado por algoritmo está presente nas mais diferentes áreas – ultimamente, até na medicina, com serviços de atendimento domiciliar também chamados de "uber da medicina".

Para Renato Bonfatti, pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Fiocruz), que também integra o grupo da pesquisa, esse modelo de organização é "nefasto" por representar novas e radicais formas de expropriação do trabalho. "Você coloca nas costas do trabalhador o peso de arcar com o ônus tanto dos meios de produção como dos riscos do trabalho, sem nenhum tipo de proteção". Assim, cabe ao entregador de aplicativo, por exemplo, se responsabilizar por equipamentos como bicicleta, mochila e celular. "Mas se um ciclista se acidenta", continua Renato, "ele não tem seguro de acidente nem nenhuma forma de garantia trabalhista, direitos conquistados historicamente, a duras penas, no país". Segundo Renato, tudo se torna ainda mais grave com o gerenciamento dos serviços feito por meio de uma plataforma "de maneira impessoal e autoritária, embora com disfarces de diálogo".

FOTO: PETER ILLICIEV



UMA PARCERIA ASSIMÉTRICA

— CONVERSEI COM UM SENHOR DE 50 ANOS QUE FOI DEMITIDO DO TRABALHO ONDE TINHA CARTEIRA ASSINADA E, DEPOIS DISSO, ENTROU PARA UM APLICATIVO. ELE ME DISSE QUE PEDALAVA 100 QUILOMETROS POR DIA, QUE JÁ TINHA CONQUISTADO A CATEGORIA DIAMANTE [A MAIS ALTA NA ESCALA DE UM DOS APLICATIVOS, ACIMA DOS NÍVEIS OURO E PLATINA] E QUE NÓS, A GURIZADA, RECLAMAMOS PORQUE NÃO QUEREMOS NADA COM NADA. ELE ESTAVA ACHANDO BOM O TRABALHO, ME FALOU QUE RECEBE MUITOS PEDIDOS, SÓ FAZ ENTREGA EM BAIRRO DE GENTE RICA E QUE O APP SEMPRE LHE DÁ RETORNOS.

Com um misto de tristeza e frustração, Tirza conta à *Radis* a conversa que teve com um colega entregador. Para ela, a categoria reúne muita gente que ainda “compra o discurso” de que, ao entrar para um aplicativo, o sujeito se transforma em empreendedor, com total controle sobre a jornada de trabalho e remuneração certa ao fim do mês. “Mas não é bem assim”, sustenta. Da forma como acontece hoje, em meio à informalização extrema, ela não vê como esse modelo pode ser considerado um bom negócio para o trabalhador. “O que acontece é que o processo é tão complexo que a precarização acaba sendo naturalizada”. No caso do seu interlocutor, ela lamenta que, aos 50 anos e sem nenhuma perspectiva de aposentadoria, ele tenha que pedalar sete quilômetros para ganhar quatro reais e ache que “isso tudo é normal”.

Com quase o dobro da idade de Tirza, o moço não quis ouvir seus argumentos. “Gostaria de dizer a ele que ele estava reproduzindo algo entranhado na sociedade, como se, pelo fato de pedalar muito, merecesse ter uma relação diferenciada com a empresa”. Nos aplicativos, o trabalhador obedece a um sistema de pontuação que funciona basicamente em círculo: quem faz mais entregas, recebe mais pontos; e quem recebe mais pontos, tem mais entregas a fazer. “Para quem está começando, é muito difícil”, constata Tirza. “Às vezes, a gente fica o dia inteiro e não recebe pedidos”. Além disso, para pontuar mais é preciso estar disposto a trabalhar todos os dias. “Sem folga”,

ressalta. “Se por algum motivo você para um ou dois dias, pode ter certeza que, no terceiro, nem vai receber pedido”.

Durante a pesquisa “Saúde e Direitos dos Trabalhadores em Tempos de Plataformas Digitais: um olhar sobre a atividade” – feita em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e cujos resultados ainda estão em análise –, os pesquisadores da Fiocruz identificaram vários dos problemas apontados por Tirza. É o caso justamente do sistema de pontuação e ranqueamento. “Aqueles entregadores mais cascados, como eles chamam na gíria, recebem mais pedidos nos horários de pico. Os novatos, que não estão acostumados com os processos de trabalho, são agraciados nos horários de menos pico, quando a demanda é menor”, completa Renato. Formação, não há nenhuma. São os próprios entregadores que constituem grupos informais e por meio das redes sociais dão dicas e trocam informações entre si, explica ainda a pesquisadora Letícia Masson, também do Cesteh/Fiocruz e integrante do grupo de pesquisa.

“Há ainda os bloqueios aleatórios e autoritários e até a eliminação de motoristas e entregadores sem justificativas”, explica Letícia. Por meio do gerenciamento de dados, o algoritmo permite que a empresa monitore os percursos e controle os indicadores diários de cada motorista ou entregador. Se for verificada alguma alteração no padrão, eles podem aplicar o que chamam de ‘castigo’, deixando os trabalhadores sem receber nenhuma corrida por até

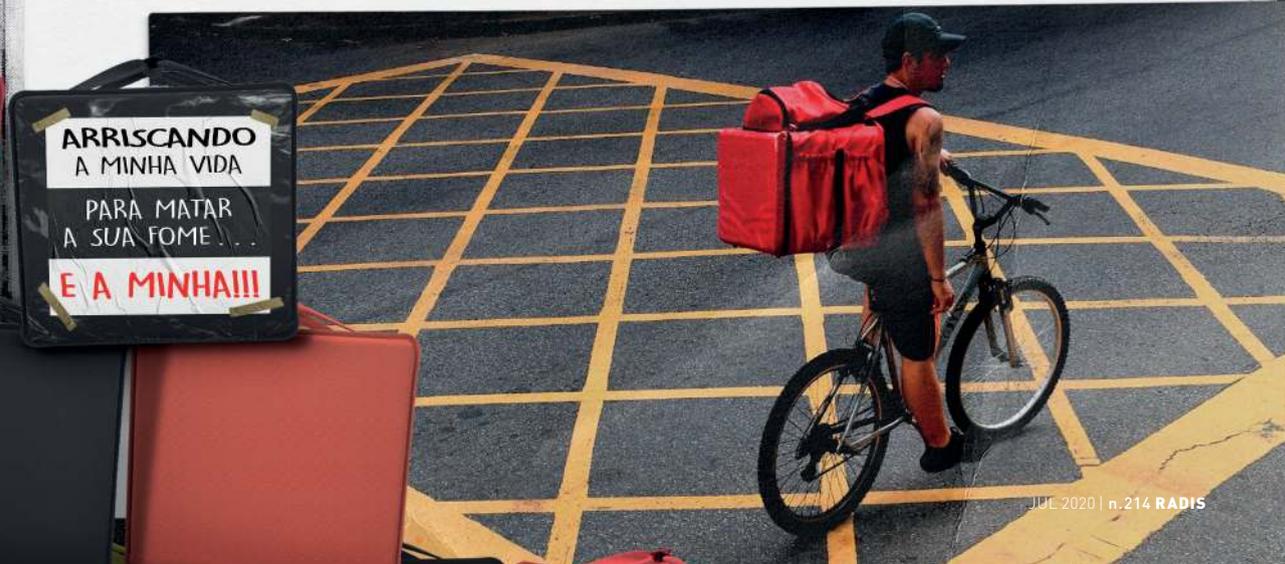


FOTO: PETER ILLICIEV

12 horas, continua Letícia. “Além disso, tem o chamado ‘bloqueio branco’, que não é um bloqueio declarado, mas quando o trabalhador simplesmente não consegue acessar a plataforma”. Ela cita o conceito de “autogerenciamento subordinado”, da socióloga Ludmila Costhek Abilio, uma especialista no assunto. “Significa que, até certo ponto, o trabalhador consegue fazer o gerenciamento de suas atividades na medida em que ele tem a possibilidade de escolher em que horário vai trabalhar, se aluga ou compra um veículo”, explica. “Mas na verdade ele está subordinado a essa empresa, com quem teria uma suposta relação de parceria, por meio de inúmeras formas de manipulação”.

Para a pesquisadora do Cesteh/Fiocruz, Simone Oliveira, uma outra estudiosa do tema, a relação que se estabelece entre empresa/aplicativos e trabalhadores trata-se de uma “parceria desigual e assimétrica”, que se manifesta também no recurso do “preço dinâmico” – uma outra estratégia das plataformas. “De repente, os trabalhadores são estimulados a se dirigir para um determinado local, como se o preço estivesse mais alto naquele perímetro

e, conseqüentemente, eles fossem ter direito a tarifas mais altas, mas na realidade, isso não acontece”, afirma. Ela lamenta que estes sejam elementos que ainda não ficaram claros para muitos. No grupo de trabalhadores de aplicativos que respondeu ao questionário para a pesquisa, ainda no ano passado, Simone identificou que a relação entre aqueles que consideravam o trabalho por aplicativo uma forma de empreendedorismo e aqueles que viam a atividade apenas como uma alternativa de trabalho – ou como a única possível numa realidade de mercado em retração – manteve-se meio a meio.

Com o movimento dos entregadores ganhando força nos últimos tempos, a pesquisadora acredita que há algo de novo se desenhando. “Há muito desconforto e insatisfação na categoria, mas também uma maior clareza do que acontece nessa relação com as plataformas”, diz. Todos esses pontos destacados pelos pesquisadores estavam na pauta de reivindicações do “Breque dos Apps” – movimento que nasceu de forma espontânea em um perfil no Instagram denominado Treta no Trampo que, no final de



Paralisação dos entregadores no Rio de Janeiro recebeu apoio de outros profissionais, como educadores.

NA SAÚDE E NA DOENÇA?

— SE A GENTE PEGA CORONAVÍRUS AGORA NA PANDEMIA, PARA TER DIREITO A ALGUM AUXÍLIO-DOENÇA, TEM QUE TEM FEITO UMA QUANTIDADE “X” DE ENTREGAS DURANTE UM DETERMINADO PERÍODO DE TEMPO. O MESMO ACONTECE EM RELAÇÃO A OUTRAS DOENÇAS. SE SOFRE UM ACIDENTE, A MESMA COISA. TEM QUE CUMPRIR VÁRIOS REQUISITOS PARA CONSEGUIR O SUPORTE. SÃO VÁRIOS ENTRAVES. EU CONHEÇO PELO MENOS UM CASO, DE UM ENTREGADOR QUE SOFREU UM ACIDENTE FAZENDO UMA ENTREGA E QUE CUMPRIA TODOS OS REQUISITOS, MAS SIMPLEMENTE IGNORARAM E ELE FOI BLOQUEADO DA PLATAFORMA PERMANENTEMENTE. É SURREAL. OS CARAS ACHAM QUE A GENTE É SÓ UM LIXO DESCARTÁVEL.

julho, contava com cerca de 30 mil seguidores. Na pauta dos protestos, estavam: remuneração maior por serviço, seguro em caso de roubo, acidente e morte, auxílio-saúde dentro e fora da pandemia (com liberação de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs) e ainda o fim das retaliações e dos bloqueios indevidos. Nos dias de paralisação, os entregadores também orientavam os clientes a não fazer pedidos, avaliar negativamente os aplicativos e ajudar a compartilhar e repercutir notícias sobre a greve.

Na véspera da primeira paralisação, o programa “Resenha Trabalhista” (30/6), transmitido pelo YouTube, quis saber “pelo que lutam os entregadores e o que temos com isso”. A live contou com a participação do procurador do Ministério Público do Trabalho e professor da UFRJ, Rodrigo Carelli, que chamou de “realidade moranguinho” a percepção romantizada de que o trabalho por plataformas digitais é um mundo de maravilhas e a redenção para todos os males da classe trabalhadora. “A plataforma aparece como um senhor Deus que dá as ordens e, ao mesmo tempo, torna invisível quem o desenhou e o modifica, ou

seja, quem realmente determina e explora as condições de trabalho”, sintetizou. Para Rodrigo, aqueles que se vangloriam da condição de ter um algoritmo como patrão, esquecem que o algoritmo é, “no máximo, o capataz, o supervisor do trabalho alheio”. “No fim das contas, quem controla as plataformas são empresários que têm nome e rosto”.

Ao analisar a questão para a *Radis*, o pesquisador da Fiocruz Renato Bonfatti reitera que o gerenciamento dos trabalhos por algoritmo é feito sistematicamente e que isso só é pouco percebido por conta da natureza “opaca” da relação entre plataforma e trabalhadores. “Uma relação que só existe enquanto inexistente”, elabora. Dessa maneira, o trabalhador não apenas trabalha para um patrão, mas o faz para um patrão que concentra poderes. “Um patrão onipotente e onipresente”, resume Renato. Para Márcia Teixeira, trata-se de um novo patamar de precarização que atualiza o conceito clássico do termo. “Agora, você perde direitos trabalhistas. Ou seja, chegou-se a um modelo de trabalho em que nem sequer a relação de trabalho é reconhecida”.

Com o problema no joelho, Tirza suspendeu as entregas. Ela conta que não recebeu qualquer auxílio nem mesmo para os antiinflamatórios. “Eles nem sabem, eu acho. Não tem nenhum lugar para recorrer. Simplesmente, tive que parar. E daí, se você não trabalha, não recebe”. Antes disso, pedalava diariamente, apesar do frio de 5 graus do inverno de Porto Alegre e do medo do novo coronavírus, principalmente porque mora com a mãe hipertensa. Como pedalava de máscara – “meu Deus, é horrível!” –, muitas vezes precisava tirar o equipamento do rosto para conseguir respirar, sem contar as vezes em que era recebida por clientes mais relaxados, que não usavam nenhuma proteção. “Eu me sentia superculpada, mas como é que conseguiria me cuidar pedalando no meio de uma pandemia?”, indaga sem esperar uma resposta. “Parece que a gente está vivendo em um universo paralelo: todo mundo tentando ficar em casa e a gente, na rua. É difícil até de explicar. É só como se nada estivesse acontecendo”.

À *Radis*, os pesquisadores da Fiocruz apontaram as doenças mais comuns e as principais queixas relativas à saúde que têm identificado ao longo da pesquisa. Entre os entregadores, é quase unânime a preocupação com os riscos de acidente. “Se você pensar na bicicleta, principalmente, há a fadiga física relacionada às longas jornadas. É esfalfante ficar acima de oito horas pedalando, como muitos ficam”, diz Renato, considerando ainda o agravante da pandemia, quando o nível de exposição aos riscos aumenta. “Os entregadores ainda carregam uma certa ambiguidade. Ao mesmo tempo em que são necessários e até considerados essenciais, também são potenciais vetores de transmissão do vírus”.

Simone Oliveira chama a atenção para os riscos emocionais e fatores psicossociais que esse tipo de atividade impõe. Como os trabalhadores de aplicativos trabalham com metas

que precisam atingir para serem melhor avaliados, o nível de autoexigência é altíssimo, ela comenta. “Com a possibilidade de poucas corridas, muitas vezes eles acabam ultrapassando o limite do suportável”. A pesquisadora cita relatos de motoristas que estão trabalhando acima dessa margem de segurança e por isso não dormem nem se alimentam direito, o que coloca em risco não só a sua saúde como também a dos próprios passageiros. “O ritmo de trabalho e a exigência para alcançar uma qualidade cada vez mais elevado também gera problemas de saúde como ansiedade e depressão”.

Já Márcia lembra de muitos relatos relacionados ao medo da violência e insegurança das ruas – algo também muito mencionado tanto por entregadores quanto motoristas. Além disso, ela cita problemas de colunas agravados pelo tempo de permanência na direção. “Em São Paulo, é comum motoristas até dormirem no carro por dois ou três dias seguidos”. Ela lembra o caso de um trabalhador que contou ter praticado esportes a vida inteira, mas que, desde que começou a dirigir para aplicativos, desenvolveu problemas de coluna. “Certa vez, ele precisou ser retirado de dentro do veículo sem conseguir se mexer”.

Um levantamento realizado com 252 pessoas em 26 cidades brasileiras, em abril, pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir) demonstrou que trabalhadores de aplicativos têm ganhado menos e trabalhado mais: 60,3% dos entrevistados relataram uma queda na remuneração, comparando o período de pandemia ao momento anterior; e mais da metade deles (56,4%) disseram trabalhar nove horas ou mais por dia (Veja pesquisa completa aqui: <https://bit.ly/30DDmxx>). “Conversei com um motorista que cozinha seis ovos para ir comendo ao longo do dia porque precisa conseguir trabalhar 14 horas sem parar”, relata Márcia.

AS PESSOAS POR TRÁS DOS CAPACETES

— COMO EM QUALQUER RELAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, ACHO QUE AINDA EXISTE MUITO A NOÇÃO DE QUE O PRESTADOR DE SERVIÇO É UM SER INFERIOR. É SURREAL. ÀS VEZES, A GENTE VAI FAZER ENTREGA E NÃO RECEBE NEM UM “BOA TARDE!”, UM “BOA NOITE!” OU UM “MUITO OBRIGADA!”. OU SEJA, NÃO RECEBE O MÍNIMO. E TUDO PIORA AINDA MAIS PORQUE SOU MULHER. UMA VEZ, OUVI DE UM CARA: “AH, SE EU SOUBESSE QUE ERA MULHER, TERIA DADO GORJETA”.

Imagine ouvir essa fala de alguém que, em seguida, vai lhe atribuir uma nota, levando em conta, entre outros critérios, sua postura e profissionalismo durante a entrega. Quando aconteceu com Tirza, foi constrangedor, ela conta. Ficou em silêncio, sentindo-se refém de uma situação que não lhe dava muitas opções. “A gente não sabe o que fazer. Minha vontade era dar uma resposta dura, mas ia ganhar uma avaliação ruim e, se isso acontecesse, ficaria sem receber pedido por conta da suspensão que a gente recebe da plataforma no caso de notas baixas”, justifica. “Mas esse tipo de assédio ou comentário indevido acaba nos abalando e tornando o trampo mais degradante do que já é”.

Quando percebeu que, além de tudo, o aplicativo não lhe garantiria renda suficiente, Tirza passou a fazer entregas também por conta própria em contato direto com os clientes e para restaurantes por fora dos Apps. Segundo ela, nesses casos, a relação tem sido pautada por mais respeito, e os valores das corridas são incomparavelmente maiores. Fazendo cálculos, explica que há maior liberdade na definição dos preços por quilometragem. “Além disso, alguns restaurantes tem um valor fixo por entrega, o que significa que, ainda que a distância percorrida seja pequena, você ganha o mesmo valor das distâncias maiores”. Numa dessa, já recebeu 12 reais de uma pizzaria por pedalar apenas dois quilômetros, considerado um valor alto para entregas – algo que não acontece nos aplicativos, quando até metade da taxa paga pelo cliente fica para as plataformas.

Durante o programa Resenha Trabalhista (30/6) no YouTube, o procurador Rodrigo Carelli quis saber do outro participante da live se os entregadores têm consciência dos instrumentos de controle utilizados pelas plataformas. Seu interlocutor era Paulo Lima, mais conhecido como Galo, o nome à frente do “Movimento dos Entregadores Antifascistas”, que se soma ao “Breque dos Apps” na luta por direitos. “Ainda há quem ache que a gente faz nossos próprios horários. Quem faz nossos próprios horários é a nossa dívida”, respondeu ele. “Para pagar minhas dívidas, eu vou trabalhar até 16 horas, se for preciso. O capitalismo não existe sem dívida”. O moço de 31 anos, que comprou uma moto para fazer o trabalho e ainda estava pagando as prestações quando foi bloqueado dos aplicativos, afirma que trabalhadores por aplicativo são descartáveis. “Não se engane: a Revolução Industrial suprimiu empregos. A

uberização vai suprimir direitos”, disse ainda durante a *live*, repetindo o que vem afirmando nas dezenas de entrevistas concedidas na imprensa.

Galo se tornou conhecido depois de participar dos protestos antirracistas e antifascistas que aconteceram no país início de junho (7/6). Organizados inicialmente por torcidas de futebol para defender a democracia, os atos acabaram reunindo dezenas de entregadores, personagens marcantes em um país com um número cada vez maior de desempregados – entre março e maio, 7,8 milhões de pessoas perderam seus trabalhos, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Durante manifestação no Largo da Batata, em São Paulo, Galo fez uma fala firme para denunciar a precarização de seu trabalho. O vídeo viralizou. Começava ali uma das frentes do movimento dos entregadores que hoje conta com integrantes em diversas regiões do país. Tirza Ferreira é uma delas. “Não fazia sentido ficar de fora de um movimento que luta por melhores condições de trabalho de uma categoria que faço parte”.

Há diferenças entre o “Breque dos Apps” e os “Entregadores Antifascistas”? Tirza diz que sim. Embora ambos batalhem por uma causa comum, os primeiros defendem uma pauta específica e a melhoria imediata nas condições de trabalho, como detalhado nas reivindicações para os dias de greve. “Enquanto isso, nós do ‘Movimento de Entregadores Antifascistas’ entendemos que esses aplicativos são uma ferramenta de exploração que acontece dentro da lógica do sistema capitalista e isso é importante ser pontuado”, comenta Tirza. Para Galo, o que está em jogo é também uma disputa ideológica. “O que une todos nós, entregadores, é um sofrimento comum. Mas é preciso ir além e valorizar a luta histórica e as conquistas daqueles que vieram antes de nós”.

Seja como for, se os movimentos de julho não chegaram a paralisar totalmente os Apps e também evidenciaram algumas divergências dentro da própria categoria, eles colocaram a luta dos trabalhadores em evidência, mobilizaram a opinião pública e conquistaram avanços. Na Câmara dos Deputados, há pelo menos quatro projetos de lei em tramitação que tratam exatamente dos direitos desses profissionais. No Rio de Janeiro, o Movimento dos Entregadores Antifascista criou o “Despatronados”, uma página na web que se apresenta como feita “por entregadores/as



A realidade dos entregadores de app serviu de inspiração para um episódio da série "Confinada", publicada pela dupla Leandro Assis e Triscila Oliveira no Instagram.

Uma Série em quadrinhos de Leandro Assis e Triscila Oliveira

CONFINADA

Leandro Assis
Triscila Oliveira

organizados em uma alternativa de trabalho mais justa". Por meio dela, o cliente pode se conectar diretamente a uma rede de entregadores. Veja aqui: <https://despatronados.wixsite.com/cooperativa>

A posição dos aplicativos em relação ao movimento de greve e às principais queixas e reivindicações dos entregadores, em linhas gerais, tem sido parecida. Ifood, Uber Eats e Rappi já usaram suas plataformas nas redes sociais para defender a liberdade de expressão e o direito à manifestação e informam que vêm adotando protocolos de proteção durante a pandemia. Também negam que as taxas estejam mais baixas nesse período. Em reportagem da BBC (1/7), a Uber Eats afirmou que "não houve nenhuma diminuição nos valores pagos por entrega, que seguem sendo determinados por uma série de fatores como a hora do pedido e a distância a ser percorrida, e a Ifood disse que "não houve qualquer alteração nos valores das entregas" e que estabeleceu 5 reais

como valor mínimo para qualquer corrida. Pioneiro dessas marcas, o Ifood levou ao ar uma campanha institucional com histórias que valorizam o aplicativo.

À Radis, a Rappi enviou nota em que informa que o valor do frete varia de acordo com o clima, dia da semana, horário, zona da entrega, distância percorrida e complexidade do pedido. Também diz que "sob nenhuma hipótese" os entregadores parceiros são bloqueados por exercer o seu direito de manifestar-se. "Os bloqueios na plataforma são restritos ao não cumprimento dos Termos e Condições e há um canal – dentro do aplicativo do entregador – para que possam ser revistos (abrindo um ticket dentro na seção Centro de Ajuda / Suporte / Minha Conta / Estou Desativado)". Disse ainda que "sabe da importância dos entregadores parceiros ao funcionamento do nosso negócio" e que está "trabalhando e aprendendo a cada dia que passa para oferecer melhorias a eles e a todo o ecossistema".

JORNADA SOBRE RODAS

Monique Frazão*

A motoqueira Taiane Ribeiro, no Rio de Janeiro: rotina de cansaço e pouco dinheiro.

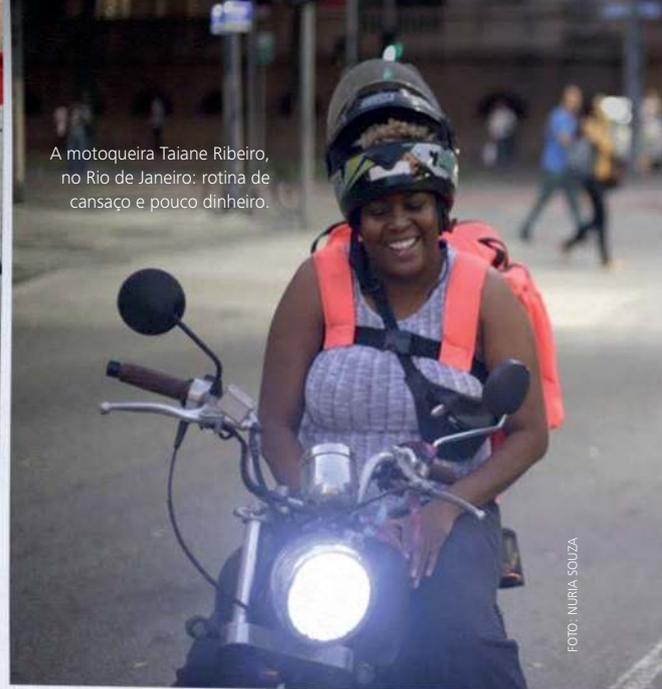


FOTO: NURIA SOUZA

A motocicleta entrou na vida de Taiane Ribeiro, de 30 anos, antes das entregas por aplicativo. Ela já era motoqueira e usava esse meio de transporte para ir ao emprego, que mantinha com carteira assinada. Em 2017, ela descobriu que, por meio das plataformas digitais, poderia ganhar uma renda extra. Assim, começou. Desde maio de 2019, Taiane passou a trabalhar somente com serviços de *delivery*. Hoje, é com esse trabalho que garante sua renda. Faz entregas vinculadas a dois aplicativos, além de prestar o mesmo serviço para microempreendedores. Em mais um dia de trabalho, ela falou à *Radis* por telefone.

Durante esses anos como entregadora, Taiane notou mudanças. Os valores foram sendo reduzidos e, com a pandemia, baixaram ainda mais. “Tudo aumentou, tudo foi taxado com um valor maior”, diz. “Mas quem está entregando continua recebendo um valor igual ou inferior ao que recebia há dois anos”. Também vê diferenças em relação ao número de pessoas trabalhando que, na sua opinião, deve ter triplicado desde que começou a rodar fazendo entregas. Hoje, sua rotina de segunda a sexta-feira está dividida assim: sai de manhã, faz um intervalo durante à tarde, quando volta para casa no centro do Rio de Janeiro – momento em que almoça, por exemplo –, e retorna ao trabalho à noite. Nesse turno, seus horários são regidos pelo fluxo do aplicativo, até que encerre sua jornada. Aos sábados, normalmente, circula apenas na parte da noite e, quando bate a meta semanal, tira o domingo para descanso, o que acredita ser o melhor a fazer.

Durante o muito tempo que fica na moto, Taiane precisa ter concentração no aplicativo, no trânsito e nas outras pessoas ao seu redor. Com a pandemia de covid-19, tornou-se necessário levar duas máscaras e o álcool em gel, além de tentar ter o mínimo de contato com os clientes. O trabalho afeta a saúde não só por conta da pandemia. Ela explica que, quando sabe que vai ficar muito tempo fora de casa e não terá tempo para voltar, tenta levar um lanche, algo para beber, durante um horário em que ache que o aplicativo não vai tocar. A coluna também sofre os impactos da rotina. “Agora eles estão fazendo entrega para mercado e aí, normalmente, é um peso muito maior do que você está acostumado a levar dentro da *bag* [mochila utilizada pelos entregadores]. Você

bota, sei lá, 15, 20 quilos nas costas, o que prejudica a coluna de uma forma absurda.”

Apesar da aparente flexibilidade, Taiane vê uma “falsa ilusão” na ideia de que o entregador tem liberdade para fazer a sua rotina de trabalho. Ela lembra que existem os horários de pico nos aplicativos – geralmente, na hora do almoço e do jantar – e que as promoções são feitas durante o final de semana. “É muito complicado. Você vai fazer o quê? Não vai para a rua e não bate a sua meta diária?”, indaga, explicando que a maioria dos entregadores tem uma meta a alcançar se quiser pagar a manutenção da moto, botar gasolina, sobreviver.

Taiane aderiu à paralisação dos entregadores ocorrida no dia 1º de julho. Não foi ao trabalho e alertou os amigos pelas redes sociais para que evitassem fazer compras pelos aplicativos naquela data. Para ela, a ação foi importante para demonstrar a precarização desse tipo de trabalho. “Quem está na categoria há muito tempo, está meio cansado de tudo o que já disseram que iam fazer, e nunca fizeram em relação a essa classe”, comenta. “É uma classe bem esquecida. É tipo o porteiro com quem você não fala, o gari, o segurança. São pessoas meio que invisíveis para a sociedade.”

No dia a dia, Taiane vê poucas mulheres trabalhando na área, o que causa uma certa surpresa em várias situações. “Quando você está com uma roupa de motoqueiro, geralmente o seu gênero é modificado. Até olharem para a minha cara e descobrirem que se trata de uma mulher”. Quando não está trabalhando, gosta de fazer poesia, entre outras coisas – algo que também lhe gera renda, ainda que nem sempre. Os poemas entraram na sua vida no final de 2018. Queria colocar no papel tudo aquilo que não cabia mais dentro de si. Depois, se apaixonou pelo Slam [batalhas de poesia falada]. Escreve sobre vivências, ancestralidade, corpos de mulheres negras, a raça, os problemas sociais. Mas é mesmo sobre duas rodas que ela vive a maior parte do tempo. “Se o dia tem 24 horas, eu passo pelo menos 16 delas na minha moto. Ela é o meu trabalho. Mas ela também me leva e me traz por essa cidade de uma forma muito gostosa”, conclui Taiane, que se apresenta como MotoTai em suas poesias. **F**

■ *Estágio supervisionado

BUSCA POR EQUIDADE PERSISTE

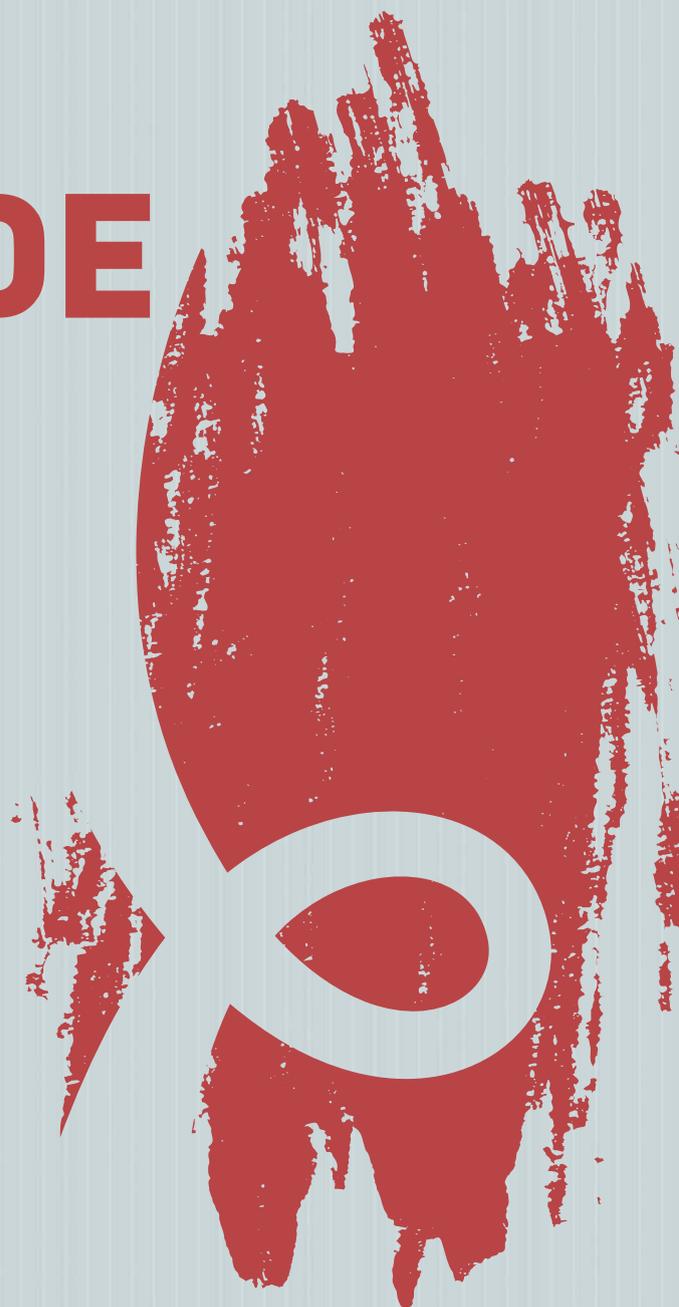
Desigualdade no acesso ao tratamento e covid-19 são desafios para o futuro

ADRIANO DE LAVOR

Apesar das atenções do mundo científico e da mídia estarem mais concentradas na expectativa por uma vacina ou um tratamento que minorem os problemas causados pela pandemia da covid-19 no mundo, os avanços e desafios da luta contra o HIV e a aids não passaram despercebidos no mês de julho. Milhares de pessoas de mais de 180 países participaram da 23ª Conferência Internacional de Aids (Aids 2020 Virtual), que trouxe boas notícias sobre a eficácia da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) injetável e a remissão do vírus HIV em um paciente tratado no Brasil.

Por outro lado, participantes da conferência alertaram para a repercussão da covid-19 nas ações de enfrentamento da aids, especialmente por conta dos impactos da pandemia na vida das pessoas que vivem com HIV e dos seus reflexos na condução dos sistemas públicos de saúde. Na mesma direção, o relatório “Agarrar a oportunidade: enfrentando as desigualdades enraizadas para acabar com epidemias”, lançado pelo Unaid no primeiro dia do evento, mostrou que, em um contexto de desigualdades e racismo, com muitas pessoas e populações vulneráveis deixadas para trás, a interrupção do tratamento em alguns países e a diminuição de investimentos em pesquisas, por conta da pandemia de covid-19, apontam um cenário devastador no que diz respeito à luta contra o HIV.

Previamente marcada para acontecer presencialmente entre 6 e 10 de julho nas cidades de Oakland e São Francisco, nos Estados Unidos, a conferência promovida pela International Aids Society (IAS) foi renomeada Aids 2020 Virtual e totalmente adaptada para o meio virtual – pela primeira vez em toda a história do evento. Nas mais de 600 sessões, os destaques positivos ficaram por conta da notícia de remissão viral do “paciente de São Paulo” [leia a enquete sobre o assunto na página 28] e a divulgação de resultados positivos sobre a PrEP injetável (Radis 213).



A equipe do estudo clínico internacional HPTN 083 apresentou a comprovação de que a utilização da PrEP contendo cabotegravir injetável a cada oito semanas obteve eficácia superior ao uso do truvada na prevenção da infecção pelo vírus. “Esta é uma conquista sem precedentes para o campo da prevenção do HIV. A PrEP com CAB-LA é uma estratégia nova e poderosa que pode realmente fazer a diferença no controle da epidemia de HIV/aids”, destacou Beatriz Grinsztejn, chefe do laboratório de Pesquisa Clínica em DST e Aids do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) – Beatriz coordenou em nível global o ensaio clínico em parceria com Raphael Landovitz, professor associado da Divisão de Doenças Infecciosas da David Geffen School of Medicine, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (Ucla), nos Estados Unidos.

Apesar dos avanços nos estudos clínicos, participantes da Aids 2020 Virtual manifestaram grande preocupação com o enfrentamento da doença no futuro, especialmente por conta das desigualdades e do racismo, bem como pelos impactos da covid-19 na vida das pessoas que vivem com HIV e na condução dos sistemas públicos de saúde. Pesquisa apresentada durante o evento mostra, por exemplo, que a covid-19 aumentou a vulnerabilidade socioeconômica das pessoas LGBTI+, bem como sua suscetibilidade ao HIV. O estudo, conduzido entre abril e maio de 2020 com 13.562 pessoas em 138 países, demonstrou que, neste período, quase metade dos entrevistados enfrentaram dificuldades econômicas que os impediram de atender às suas necessidades básicas com alimentação e se sentiam ameaçadas de perder o emprego após a pandemia – o que, segundo os especialistas aumenta potencialmente o risco de adquirir o HIV.

Durante a conferência, a IAS lançou ainda o relatório “Covid e HIV: um conto de duas pandemias”, que destaca como a infecção pela novo coronavírus está afetando a resposta global ao HIV. O relatório observa interrupções generalizadas de serviço como resultado da covid-19 e fornece recomendações para tomadores de decisão, gestores, pesquisadores, cientistas, profissionais de saúde, comunidades e financiadores.

O primeiro conjunto de recomendações aborda a prestação de serviços de HIV no contexto da covid-19, incluindo a redução no número de consultas e cuidados de saúde, além da distribuição de medicamentos. O segundo aborda lições da pandemia de HIV que podem contribuir com a resposta à covid-19, como abordar questões de justiça social no sistema de saúde e trabalhar proativamente questões relacionadas ao estigma.

SAIBA MAIS

Aids 2020 Virtual – www.aids2020.org

Relatório “Agarrar a oportunidade: enfrentando as desigualdades enraizadas para acabar com epidemias” (do UnAids) – <https://bit.ly/2ZyHrJd>

Relatório “Covid e HIV: um conto de duas pandemias” (IAS) – <https://bit.ly/3fPB17M>

COVID-19 e HIV: O que você precisa saber – <https://bit.ly/3e1BvBX>

HPTN 083 e PrEP injetável – <https://bit.ly/30scNRe>



O programa da Conferência Internacional de Aids, realizada on-line: mais de 600 sessões assistidas em 180 países



A OPORTUNIDADE É AGORA

"Serão necessárias, em todos os dias desta próxima década, ações decisivas para colocar o mundo de volta nos trilhos rumo à meta de acabar com a epidemia de aids até 2030", advertiu Winnie Byanyima, diretora executiva do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaid), no lançamento do relatório "Agarrar a oportunidade: enfrentando as desigualdades enraizadas para acabar com epidemias", no primeiro dia da conferência (6/7).

O documento da Unaid reconhece avanços, mas reitera a necessidade do compromisso de governos e sociedade com a continuidade de ações que promovam a equidade destes resultados. "Milhões de vidas foram salvas, particularmente as vidas de mulheres na África. O progresso alcançado por muitos precisa ser compartilhado por todas as comunidades em todos os países. O estigma, a discriminação e as desigualdades generalizadas são os principais obstáculos ao fim da AIDS. Os países precisam se guiar pelas evidências e assumir suas responsabilidades em relação aos direitos humanos", alertou Winnie.

O documento, intitulado "Agarrar a oportunidade: enfrentando as desigualdades enraizadas para acabar com epidemias", alerta que o não cumprimento das metas estabelecidas para 2020 resultaram em 3,5 milhões a mais de infecções por HIV e o acúmulo de 820 mil mortes relacionadas à aids, de 2015 até o momento; e que a resposta à aids pode retroceder em 10 anos ou mais, caso haja "graves interrupções nos serviços de HIV" por conta da pandemia de covid-19.

Para os técnicos do Unaid, as desigualdades no acesso ao tratamento ainda persistem. Enquanto milhões de vidas foram salvas e milhões de novas infecções por HIV foram evitadas graças ao aumento do acesso à terapia antirretroviral, 690 mil pessoas morreram de doenças relacionadas à aids em 2019, e um terço das 38 milhões de pessoas que vivem com HIV não tinham acesso, em 2019, ao tratamento capaz de salvar vidas – o que corresponde a 12,6 milhões de pessoas. O relatório completo (em inglês) está disponível no site da Radis e no site do Unaid: <https://bit.ly/30oWS64>

A CURA DA AÍDS ESTÁ PRÓXIMA?

A notícia de que a equipe de pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), liderados pelo infectologista Ricardo Díaz, teria conseguido pela primeira vez eliminar o HIV do organismo de um paciente soropositivo por meio de medicamentos, repercutiu na 23ª Conferência Internacional de Aids, que aconteceu virtualmente entre 6 e 10 de julho. O chamado “paciente de São Paulo” é um brasileiro de 34 anos, diagnosticado com o vírus em 2012, e estaria com o vírus indetectável no organismo há mais de 17 meses. Ele seria a primeira pessoa no mundo a apresentar a remissão do vírus por um longo prazo, depois de tomar um coquetel intensificado de vários remédios contra a aids – há outros casos registrados, mas de pacientes que foram submetidos a transplantes de medula óssea (Radis 199).

A descoberta, embora inédita, vem sendo vista com cautela por especialistas, que ponderam que os avanços não significam que se encontrou a cura para a aids. “Ainda não sabemos se ele está curado. Vamos refazer a pesquisa, usando

os medicamentos que observamos que funcionaram melhor, e com um novo grupo de pacientes”, advertiu o próprio Ricardo Díaz, que é diretor do Laboratório de Retrovirologia do Departamento de Medicina da Unifesp, em entrevista à Agência de Notícias da Aids (12/7). Por outro lado, ativistas também questionam sobre o acesso universal aos tratamentos, já que um terço das 38 milhões de pessoas que vivem com HIV no mundo (cerca de 12,6 milhões de pessoas) não tinham acesso ao tratamento capaz de salvar vidas em 2019 [leia sobre o último relatório do Unaid na página 27]. De todo modo, a notícia também é vista como promissora, já que aponta para caminhos de pesquisa possíveis em direção ao horizonte da cura e por reforçar a importância da manutenção de pesquisas na área. Destaque na imprensa no mês de julho, Radis quis saber a opinião de ativistas, gestores e especialistas sobre o assunto, para quem dirigiu a mesma pergunta:

O que significa a divulgação da remissão do vírus HIV no paciente de São Paulo?

“Este é o primeiro caso em todo o mundo de um paciente infectado pelo HIV que fica por um longo tempo sem sinais da presença do vírus, sem tratamento antirretroviral, depois de intensificar com dois medicamentos já usados para controle da replicação do HIV e mais um agente reversor de latência, no caso a nicotinamida. Os três casos anteriores já conhecidos ocorreram após transplante de medula óssea de doadores que não tinham uma proteína importante para a ligação do HIV à célula humana. Ainda não está completamente desvendado porque este paciente respondeu desta forma, mesmo sendo um dos 30 participantes que não foi submetido a todas as intervenções propostas pelo estudo. Isso vem sendo investigado. Os pacientes que foram recrutados já estavam em tratamento e em supressão viral há pelo menos dois anos. Desta forma, a hipótese de a resposta favorável estar relacionada a ser infecção recente, com poucos reservatórios de latência, fica afastada. Cada braço do estudo incluiu cinco pacientes. Se um paciente responde positivamente, ele corresponde a 20% dos que se submeteram à mesma intervenção. Fatores relacionados ao paciente também estão sendo investigados, mas para a entrada no estudo já foi seguido um critério para que a amostra fosse homogênea. Este é um avanço inédito na história do tratamento da aids, embora ainda seja muito cedo para dizer que é um caso de cura. É um estudo muito promissor e constitui um marco dentro da história do tratamento de HIV/aids, independente deste caso resultar ou não em cura definitiva. Uma porta foi aberta.”



Tânia Vergara, presidente e coordenadora de terapêutica do Comitê de HIV/aids da Sociedade de Infectologia do Estado do Rio de Janeiro (SBI)

“A remissão viral deve ser sempre comemorada, especialmente pela possibilidade de apontar novos horizontes. No entanto, precisamos receber essa notícia com cautela e pé no chão. A história já nos mostrou casos que, mesmo após anos de remissão, o vírus retornou. Precisamos lembrar sempre que 13,4 milhões de pessoas com HIV não têm acesso a medicamentos antirretrovirais, segundo dados do Unaid. Se a cura surgisse hoje, essas pessoas teriam acesso? A pandemia de HIV, assim como a pandemia do coronavírus, mostra que estamos todos doentes. As pessoas morrem por falta de tratamento e não por falta de tecnologia no mundo. Morrem por falta de acesso, por conta de um sistema predatório de exploração econômica e apropriação cultural, por imposição de valores. Não foi sempre assim. Isso foi criado e não suportamos mais. Se por um lado há um avanço do conservadorismo predatório e da morte, por outro existem movimentos pulsantes de vida que nos recriam como sociedade, olhando para nossos ancestrais, antepassados, reconhecendo-nos em nós mesmos, nas nossas histórias e no outro. Os movimentos globais de igualdade racial mostram para nós que basta de opressão! Pessoas no mundo não acessam antirretrovirais em função de sua raça/cor/etnia, localização geográfica, classe social, gênero, orientação sexual, ocupação. Enquanto isso acontecer, estaremos todos doentes, com ou sem HIV; com ou sem cura. É preciso recriar a pandemia do afeto!”



Salvador Campos Correa, psicólogo, escritor, sanitário e ativista vivendo com HIV

“Sobre a notícia divulgada, é positivo que o estudo demonstre que é possível eliminar o HIV do corpo humano com o uso de uma combinação de medicamentos antirretrovirais com medicamentos não antirretrovirais para o HIV. Isso é um caminho de pesquisa e de cura que deve ser olhado com atenção. Outro ponto positivo é que, apesar de ser um resultado parcial e limitado, a pesquisa ajuda a manter no horizonte a questão da cura; ou melhor dito: a cura como um horizonte – orientando o uso e o investimento em recursos humanos e financeiros. Ou seja: a cura é o caminho, ainda que esteja distante. Quanto mais resultados positivos nós tivermos em relação à cura, tanto em relação à uma vacina terapêutica, à uma vacina preventiva ou à combinação de medicamentos que possam acabar com a infecção de HIV no corpo humano, mais encorajador é para a pesquisa. Mas é preciso entender que ainda é um resultado único, a gente ainda não sabe qual foi o resultado do uso desta mesma combinação terapêutica nas outras pessoas que participaram desse estudo. Sendo resultado único, que não se repetiu em outros participantes, não dá para generalizar. Assim como aconteceu em outros casos de pesquisa sobre cura, que foram por caminhos diferentes, como por transplante de medula, o estudo apresenta resultados únicos, isolados. Isso é limitante. Outra coisa que não sabemos: parece que a pessoa apresentou resultado de pouco tempo de remissão. Para um estudo, é pouco tempo. A gente não sabe como isso vai se manter ao longo dos anos – e fora das condições do estudo. Isso também não é animador, não ter essa segurança.”



Veriano Terto Jr., vice-presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia)

“Qualquer avanço da ciência é extremamente importante, ainda mais neste momento terraplanista que o Brasil atravessa, com a negação da ciência e de suas evidências. Dito isto, temos que receber essa descoberta com muita alegria, pois é trabalho sério, de gente séria em universidade pública. A pesquisa da Unifesp é super bem-vinda, mas deve ser olhada com cautela, não pelos seus achados, mas pela forma como a mídia noticiou e o modo como chegou até as pessoas: ‘Confirmado mais um caso de cura da aids’; ‘Pesquisa brasileira pode ter achado a cura da aids’; ‘Cura para o HIV pode ter sido encontrada, afirmam cientistas’. Os próprios pesquisadores, quando perceberam esse viés, ficaram cautelosos e advertiram que é um passo para entender os mecanismos de cura. Do ponto de vista da ciência, é extremamente importante entender todos os mecanismos do HIV. Do ponto de vista de um tratamento ou de uma solução que possa atingir todas as pessoas infectadas, o que me preocupa é o acesso. Temos dois casos de cura com transplante de medula, mas não são terapias viáveis para uma quantidade significativa de pessoas. Estou preocupado com o alarde sobre essa cura. Precisamos entender que ela é muito personalizada, você tem uma quantidade maior de medicação e uma vacina feita com células dendríticas da pessoa, cada um tem a sua vacina personalizada e isso acaba não sendo uma possibilidade de terapia para todo mundo. Entendo toda euforia, mas é importante destacar que provavelmente quem não tem recursos não terá acesso. O estudo é importante para apontar caminhos para o que possa ser futuramente uma cura acessível para todos. O momento é de conhecimento.”



Beto de Jesus, Diretor da Aids Healthcare Foundation (AHF) no Brasil

■ Leia mais depoimentos no site da Radis.

CONDENADA

BÁRBARA BIANCHI

ANA CLÁUDIA PERES

Ela imaginou que o último lugar no mundo em que as pessoas teriam contato com o novo coronavírus seria um presídio. Achava que, confinado na prisão, o marido estaria naturalmente em isolamento social. Só soube que ele havia testado positivo para covid-19, quando o companheiro já se encontrava intubado, em estado grave, numa Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Maria — vamos chamá-la assim — precisou entrar na justiça para ter acesso ao boletim médico diário e agora passa o tempo à espera das notícias que lhe chegam por meio de telefonemas. Se a assistente social demora a ligar, entra em desespero. O episódio foi narrado durante o Sala de Convidados (25/6), programa exibido pelo canal Saúde, da Fiocruz. “Eu estou com medo, em frangalhos”, disse a mulher que não quis se identificar.

Ao contrário do que suspeitou Maria, dadas a superlotação e as condições insalubres, é provável que não exista um local onde se tenha maior probabilidade de contágio de covid-19 do que as unidades prisionais do Brasil. Como denuncia um documento enviado à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA), no final de junho (23/6): “O modelo das prisões brasileiras é constituído por diversas inconstitucionalidades que sustentam uma engenharia de produção de doenças e morte”. No relatório, 200 entidades fazem um “apelo urgente” para a situação das mais de 750 mil pessoas privadas de liberdade no país — número que corresponde à terceira maior população carcerária do planeta. “Não há assistência médica, ventilação adequada, acesso à água para a realização da limpeza pessoal e dos

espaços, distribuição de itens básicos de higiene, suporte de medicamentos e alimentação nutricional”, assinalam, chamando a atenção para a possibilidade de “colapso” diante da pandemia.

No momento de envio do documento, segundo o painel de monitoramento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen/Ministério da Justiça), tinham sido testados apenas 11.015 presos. Entre esses, havia 960 casos suspeitos e 3.735 infectados (2.086 recuperados), além do registro de 59 óbitos. Mesmo desconsiderando a subnotificação, um balanço divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em junho, apontava para um aumento de 800% nos casos de infecção pelo novo coronavírus em relação ao mês anterior. No início de julho (1/7), apenas o sistema prisional do Distrito Federal contabilizava mais de 1,6 mil infectados. Dados sistematizados pela plataforma “Covid nas Prisões” — uma parceria do Instituto de Estudos da Religião (Iser) juntamente com órgãos do sistema de justiça e sociedade civil — alertam para o fato de que o novo coronavírus vem se alastrando como um rastilho de pólvora nos presídios.

“Se a gente estima que, na população em geral, cada infectado transmite para duas ou três pessoas, no caso das prisões, o contágio é muito maior”, disse Alexandra Sánchez, pesquisadora da Fiocruz, durante um debate online (25/5) promovido pelo Centro de Estudos Miguel Murat de Vasconcelos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ceensp). Em celas superlotadas, cada infectado pode transmitir para até 20 pessoas. Ao usar uma situação hipotética para demonstrar a necessidade de ações para

NOVO CORONAVÍRUS EXPÕE FRAQUEZAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO CÁRCERE

bloquear a propagação do vírus, Alexandra exemplificou: numa cela com 150 presos, o que não é raro em prisões do Rio de Janeiro, em apenas 21 dias, uma pessoa pode contaminar a totalidade do ambiente.

À *Radis*, a pesquisadora explica que, além dos riscos relacionados à covid-19, a chegada do novo coronavírus tornou ainda mais evidentes as fraquezas da saúde prisional e da assistência voltadas a essa população. Segundo Alexandra, a pandemia direcionou para seu enfrentamento grande parte das atividades de saúde e recursos humanos, já escassos em tempos normais, o que contribuiu para o agravamento de doenças preexistentes como a tuberculose — cuja incidência é 30 vezes maior dentro das prisões — e o tratamento de doenças crônicas também negligenciado com interrupção das consultas em especialidades. “Estamos muito preocupados com a situação da saúde após a pandemia”, reforça. [Leia entrevista completa no site da *Radis*]

Mas para Alexandra, integrante do grupo de pesquisa Saúde nas Prisões, da Ensp/Fiocruz, há outras implicações da covid-19 na vida das pessoas privadas de liberdade que são tão nocivas quanto os riscos sanitários. Numa medida extrema, a Justiça proibiu as visitas de familiares aos presídios, assim como de defensores públicos e órgãos de inspeção e fiscalização — contrariando recomendação da OMS que determina que a pandemia nas prisões não deve ser acompanhada da redução de direitos fundamentais. A pesquisadora lembra que, dessa maneira, as únicas informações disponíveis são fornecidas pela administração penitenciária, o que gera uma série de imprecisões. Vide o exemplo do Rio, que negou a existência de casos suspeitos até meados de abril, quando ocorreram seis mortes em uma unidade prisional para idosos. Na sua opinião, o fechamento das prisões sob o argumento de proteção é um dos efeitos mais deletérios da pandemia. “Devem

ser ressaltadas as fortes implicações emocionais para os presos e seus familiares, diante da falta de comunicação e de informações”.

Em um debate (22/5) sobre o tema transmitido pela TV 247, no YouTube, a advogada Luciana Boiteux, recordou o drama das mães que não conseguem visitar os filhos nos presídios. Para a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que está ocorrendo é desumano. Luciana usou dados do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) — órgão independente ligado ao Ministério de Direitos Humanos — para ressaltar que são necessárias providências urgentes de contenção da pandemia no cárcere. “Da forma que está hoje, não



Alexandra Sánchez: críticas à proibição de visitas e defesa de medidas de desencarceramento



“Rute Sales: estamos vivendo uma pandemia da violência”

há como traçar medidas de prevenção”, insistiu. “Estão trancando os presos e jogando a chave fora”.

PROIBIDO VISITA: VAMOS À LUTA

A carioca Rute Sales é uma aguerrida militante do movimento de mães cujos filhos foram assassinados pelo Estado ou entraram no sistema carcerário. Quando fala da atual situação das famílias de pessoas em privação de liberdade, faz questão de demonstrar por que a chegada da pandemia no cárcere é um genocídio. “Se fora dos muros nós não estamos encontrando um hospital para nos internar, se não temos acesso a respiradores, se a maioria de nós está morrendo, você imagina dentro do sistema prisional”, alerta. Em tempos de covid-19, ela diz, parece que as políticas públicas todas “desapareceram”. “A única coisa que a gente ouviu do governo, e com ressalvas, foi o pedido de quarentena. Mas não teve nenhum plano que assegurasse proteção e garantia de direitos fundamentais”.

Uma das fundadoras da ONG Movimento Moleque, a própria Rute conhece de perto a realidade do sistema penal brasileiro. Quando seu filho se envolveu em um delito por conta de uma briga de rua motivada por uma camisa do Flamengo, ela viveu os piores dias de sua vida. Aos 14 anos, o garoto foi parar em uma unidade socioeducativa. “A primeira coisa que acontece a um jovem, preto, de favela, quando chega em lugar como aquele, é a perda da identidade. Ele vira um número”. Sem poder fazer muita coisa, viu o filho quase morrer depois de apanhar de cassetete durante uma rebelião. “Nós, as mães, ficamos muito sozinhas com a nossa dor. E ainda somos taxadas de culpadas”. Da experiência terrível, conseguiu juntar forças para reunir mães em torno de uma causa comum: a defesa dos direitos de adolescentes presos em unidades socioeducativas e de seus familiares. “Nosso sistema carcerário, lotado com uma massa de gente preta, é perverso e racista”.

A entrevista que Rute concedeu à *Radis* aconteceu menos de um mês depois dos assassinatos de dois jovens no Rio de Janeiro: João Pedro, de 14 anos, baleado pela polícia dentro da casa dos pais, no Complexo do Salgueiro (18/5), e João Vitor, 18, atingido por um tiro enquanto realizava a distribuição de cestas básicas na favela Cidade de Deus (20/5). “Quando você mata um filho, mata também uma mãe. É como se acontecesse com cada uma de nós”, afirma. Naquela semana, ela estava a mil, dividindo-se entre as articulações para garantir às famílias o direito de visita aos presídios e as atividades para denunciar operações policiais que continuam acontecendo nas favelas do Rio, a despeito de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) proibir que ocorram nesse período.

“A única política pública que chega para as periferias é o braço armado do Estado. Invadem nossas casas, matam nossos filhos, entram sem responsabilidade nas comunidades e atingem pessoas que estão tentando se proteger de um vírus”, resume. “Estamos vivendo uma pandemia da violência”. Para Rute, é inadmissível que seja negado às famílias o direito à visita e a informações sobre o estado de saúde dos parentes presos. “Em épocas normais, somos nós, os familiares, que levamos do sabonete à comida para os presídios. Como eles estão sobrevivendo agora?”, indaga, antes de partir para a organização de mais uma campanha solidária. [Leia entrevista completa no site da *Radis*].

SEM INFORMAÇÃO, SEM SAÍDA

Desde o início da pandemia, pesquisadores, organizações da sociedade civil e defensores de direitos humanos vêm questionando as falas oficiais que insistem em afirmar que a situação nos presídios está sob controle, como declarou mais de uma vez o então ministro da Justiça Sergio Moro (13/4). “Além de desinformar, estão atravancando o debate público. É uma verdadeira babel. Nada comunica com nada”, disse Felipe Freitas, membro do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), ao criticar o discurso negacionista durante o “Papo de Janela” (6/5), programa de entrevistas exibido no YouTube. Ele integra o projeto “Infovírus: Prisões e Pandemia”, criado exatamente para monitorar o avanço da pandemia no sistema prisional, cruzar dados e verificar contradições.

De acordo com o Infovírus, somente no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, mais de 900 pessoas se infectaram em um período de 15 dias (entre 22 de maio e 7 de junho), enquanto no Rio Grande do Sul, em menos de uma semana, os casos saltaram de 21 para 135 (entre 26 de junho e 1º de julho). Com atualizações sistemáticas e resumos semanais, em 7 de julho, o projeto denunciava que mais de 223 presos no Paraná testaram positivo para covid-19 sem que isso tivesse sido calculado no painel do Depen. No Acre, até aquela data, 26 policiais penais e 13 servidores administrativos do

sistema carcerário já haviam sido diagnosticados com o vírus. “O quadro é assustador”, declarou Felipe, listando o tamanho do dano: “Perdemos as primeiras fases de prevenção; perdemos a fase em que os agentes deveriam ter sido isolados; perdemos a fase da testagem em massa dos presos; e perdemos a fase de tentar soltar o maior número de pessoas para que tivéssemos algum distanciamento social”.

Em meados de março (17/3), houve uma tentativa por parte do CNJ de conter a pandemia nos presídios, ao aprovar a Recomendação 62 — que prevê prisão domiciliar ou reavaliação de pena para presos pertencentes a grupos de risco e que não tenham cometido crimes violentos. Apesar de caracterizada pelas Nações Unidas como exemplo de boa prática, a orientação não vem sendo cumprida por muitos juízes. “Há um intenso debate com base em uma falsa dicotomia”, diz Alexandra Sánchez. “De um lado, uma concepção de segurança pública que vê grande risco para a sociedade na libertação de presos e, do outro lado, a percepção do risco de infecção e de morte por covid-19 imposto às pessoas encarceradas”.

Mas segundo a pesquisadora da Fiocruz, medidas de desencarceramento como essa são urgentes e indispensáveis para reduzir a superlotação que, em algumas unidades prisionais, chega a alcançar a absurda taxa de 300% de ocupação. Para Felipe, quando se recusam a seguir a Recomendação 62, os juízes não estão apenas negando liberdade a um preso. “Uma pessoa de 70 anos que tem comorbidade ou algum problema respiratório e está em uma sala superlotada, sem nenhum tipo de ventilação, sem água potável, sem banho, com alimentação estragada e agora também sem visita da família, essa pessoa vai morrer”, ele diz. “Um juiz que sabe disso e mantém a prisão dessa pessoa, está condenando essa pessoa à morte”.

Em vez de estratégias de desencarceramento, o governo vem trilhando caminhos que, na opinião dos pesquisadores, têm deixado as populações prisionais ainda mais suscetíveis à covid-19. É o caso da proposta de construção de contêineres que deveriam abrigar detentos com suspeita de contaminação e presos recém-chegados às unidades. Segundo o Ministério da Justiça, esses espaços teriam estrutura semelhante às de hospitais de campanha. Mas uma nota de repúdio assinada por oito entidades de advocacia considerou a proposta violadora de direitos humanos “não só por não solucionar o problema, mas justamente por consistir numa promessa de agravamento das mesmíssimas condições degradantes que fizeram das prisões lugares tão vulneráveis ao novo coronavírus”. Em 15 de maio, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária derrubou a proposta.

Outra medida anunciada e que mereceu severas críticas, inclusive da imprensa, foi a que destinava crédito extraordinário para a compra de armas não letais — entre elas, granadas, munições e sprays — a serem usadas dentro das unidades prisionais no combate a possíveis rebeliões nesse período. O projeto Infovírus alertou para o perigo da medida do Depen — que, em documentos

de comunicação interna, reconhecia o aumento da tensão em razão da suspensão de visitas e da manutenção de pessoas de grupos de risco nos presídios. “Na prática, isso era mais uma ameaça aos presos e seus familiares”, alertou Felipe. Recentemente (6/7), uma nova decisão deixa a população privada de liberdade ainda mais exposta aos riscos da doença: entre os vetos do presidente Jair Bolsonaro à legislação sobre uso de máscaras, está aquele que acaba com a obrigatoriedade de utilização do equipamento nas prisões.

A falta de transparência em relação à realidade no cárcere e a pouca adesão às medidas de desencarceramento nesta pandemia dificultam os procedimentos para contenção e tratamento da doença intramuros. De acordo com Alexandra Sánchez, que assina uma Nota Técnica da Fiocruz sobre enfrentamento da covid-19 nas prisões do estado do Rio de Janeiro, o primeiro grande desafio que se coloca é a efetiva inclusão da população privada de liberdade nas políticas públicas e no SUS. “Isso permitiria acesso a insumos como Equipamento de Proteção Individual (EPI) e teste para diagnóstico, acesso a rede de saúde extramuros com definição de fluxo de pacientes para hospitais públicos em caso de agravamento e, principalmente, o planejamento, com embasamento científico, juntamente com as secretarias de saúde, de medidas efetivas de prevenção da transmissão e de vigilância epidemiológica adequadas”, avalia.

Outro aspecto importante, segundo a pesquisadora, é a necessidade de rápida identificação, entre ingressos e na população já encarcerada, das pessoas com suspeita clínica de covid-19 e disponibilização de local adequado para seu isolamento e testagem para confirmação laboratorial. Entretanto, ela sinaliza que essas medidas esbarram em uma série de dificuldades. “Com exceção do Distrito Federal, que destinou unidade prisional especificamente para alocação de casos suspeitos com oferta de teste diagnóstico e equipe de saúde, não se tem notícia deste movimento em nenhum outro estado”, pondera. Talvez tudo isso reforce o argumento final de Felipe Freitas, no Papo de Janela. Diante de iniciativas que caminham na contramão do desencarceramento e da fragilidade das medidas sanitárias adotadas até aqui, ele sustenta: “O Estado brasileiro está em guerra. Uma guerra sistemática contra pessoas negras. Estamos matando”.

SAIBA MAIS:

Covid nas prisões:

<https://www.covidnaspriso.es.com>

Infovírus - prisões e pandemia:

no Instagram (@infovirusprisoes), twitter (infoviruspp)

Documento enviado à ONU e à OEA:

<https://bit.ly/3el7mbD>

Informe do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura:

<https://bit.ly/3gSVb7F>

VEJO O PRESENTE NO PASSADO

O que o Brasil de 1732 tem em comum com o de 2020? A narrativa do romance histórico “Nada digo de ti, que em ti não veja”, da jornalista e escritora negra Eliana Alves Cruz, lançado pela Pallas Editora, é um mergulho nos dilemas sociais do Rio de Janeiro do século 18. Intolerância e fanatismo religioso, racismo, milícias, fake news e pobreza são algumas das marcas daquele tempo descritas na obra que fazem lembrar os dias atuais. Com uma narrativa empolgante, o livro também aborda a temática da transexualidade, não muito comum em tramas de época, e a circulação de notícias falsas — naqueles tempos, por meio de cartas anônimas — com consequências sobre a vida das pessoas. Premiada por sua obra anterior “O crime do cais do Valongo” (Editora Malê), Eliana nos convida a pensar sobre os reflexos do passado no Brasil contemporâneo e dedica o livro “àqueles que honram o tempo, com a honestidade e a coragem de revelar a sua essência mais profunda”.



A DOR QUE CABE EM PALAVRAS

Comunicar e expressar a dor pode ser um recurso para vivenciar o luto. A partir dessa ideia, o Museu da Língua Portuguesa — que foi destruído por um incêndio em 2015 — lançou o projeto virtual “Palavra no agora” que oferece “ferramentas de expressão, diálogo e reflexão a partir do uso da palavra” para ajudar as pessoas a elaborarem os sentimentos em torno da pandemia de covid-19 e seus efeitos, como o medo e as perdas. O portal reúne registros livres escritos pelo público, trechos de obras literárias que falam sobre a dor da perda e sugestões de livros, filmes e músicas. Acesse: <https://bit.ly/3fD405i>.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COVID-19

No Brasil, são 12,7 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 6,7% da população, segundo o Censo 2010. Para acolher e informar essas pessoas e suas famílias no contexto da covid-19, a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) e o Ministério da Saúde lançaram cinco vídeos sobre cuidado e prevenção. O material é voltado para pessoas com mobilidade reduzida, deficiência auditiva, visual, limitações na comunicação e alguns tipos de deficiência intelectual, autismo e deficiências múltiplas. Acesse: <https://bit.ly/2ZCYDgB>.



UMA HISTÓRIA DAS LEISHMANIOSES

Mudanças climáticas, migrações, crescimento urbano desordenado e outros processos socioeconômicos fizeram com que uma doença do passado reemergisse nas zonas urbanas e rurais no final do século 20: as leishmanioses (doença infecciosa causada por parasitas protozoários). A história e os bastidores das pesquisas e do trabalho de estudiosos e instituições que se voltaram para o enfrentamento da doença, desde o final do século 19, é o tema do livro “Uma História das Leishmanioses no Novo Mundo (fins do século XIX aos anos 1960)”, de Jaime Larry Benchimol e Denis Guedes Jogas Junior, publicado pela Editora Fiocruz. A luta de nomes como Samuel Pessoa e Evandro Chagas contra a doença é um dos destaques da obra.

14º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA

Com o tema “Saúde é Vida em Resistência: traçando caminhos com o SUS”, a Associação Brasileira Rede Unida pretende compartilhar experiências de vida e trabalho na luta pelo SUS em seu 14º Congresso Internacional, que acontecerá em edição virtual por conta da pandemia do novo coronavírus. O encontro deve contar com a participação de usuários, trabalhadores, gestores, estudantes, pesquisadores, militantes e parceiros do SUS.

Quando: 28/10 a 01/11

Onde: Niterói (RJ) — congresso virtual

Acesse: <http://congresso.redeunida.org.br/>



Saneamento não admite excluídos

* ADRIANA SOTERO MARTINS, BIANCA DIEILE DA SILVA E MARIA JOSÉ SALLES

A bandeira de que todos devem ter acesso a saneamento é antiga. Isso implica que não devemos deixar ninguém para trás, independente de renda, de lugar onde mora e até de quem não tem casa. Todos deveriam ter acesso a banheiro e água e, é claro, todo esgoto deveria ser tratado. Por quê? Essas medidas não só garantiriam melhores níveis de saúde para todos, mas também iriam reduzir o número de mortes (principalmente entre mais velhos e crianças) e o risco de surtos de doenças, garantir a balneabilidade de rios e praias – além de reduzir a desigualdade.

Somos um dos países mais desiguais do mundo, o saneamento mostra isso. Quanto mais pobre, maior a chance de os indivíduos não terem acesso a bons serviços, como abastecimento de água, coleta de esgoto e coleta de lixo. Também aumenta a chance de, em locais alagadiços, serem afetados por enchentes. A ausência de saneamento explicita também o racismo estrutural marcado pelo acesso diferenciado entre pessoas brancas e não brancas. O acesso a abastecimento de água por rede, segundo o censo de 2010, que garante uma melhor qualidade no serviço, mostra essa diferença: Enquanto 85% dos brancos têm o serviço, entre a população preta e parda o acesso é de 77%. A diferença é, em números absolutos, de 2 milhões de pessoas, segundo o IBGE (2010). Ainda de acordo com o mesmo censo, 36,1% dos domicílios cujo responsável se declarou indígena não possuem banheiro. Nos domicílios com responsável não indígena o número cai para 6,6%.

Por isso entendemos a falta de saneamento como um problema complexo, que não será resolvido com ações que não ataquem suas raízes. Não se trata somente de fazer alterações na lei do saneamento. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), deveríamos alcançar a universalização dos serviços em 2033, mas como diminuíram os investimentos a cada ano e a cada governo, essa projeção foi adiada para 2060, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). E não são só linhas de financiamento efetivas que faltam. Falta pensar fora da economia de escala, já que os grandes sistemas não conseguem atingir a todos, principalmente os que moram em locais altamente adensados, onde a urbanização é diferenciada, como as favelas, ou onde a densidade habitacional é baixa, como as áreas rurais.

Para estas populações, que representam hoje os setores que menos têm acesso a saneamento, são necessários modelos e tecnologias que se adaptem a sua realidade e não o contrário.

O novo marco propõe resolver os problemas do saneamento com o aumento da participação de empresas privadas na prestação dos serviços. Contudo, a presença de empresas privadas já estava prevista na política nacional de saneamento de 2007. O novo marco, ao praticamente obrigar os municípios a realizarem licitação, no caso de terem contratos de programa com as concessionárias estaduais, torna oportuna a participação privada nos municípios que geram melhores lucros. As privatizações no estado de Tocantins e na cidade de Manaus mostram como este modelo não garante melhorias do serviço. Em nenhum lugar do mundo a universalização foi feita por investimento privado, somente com recursos públicos. Por que aqui seria diferente?

Reivindicamos que o saneamento seja para todos; saneamento não admite excluídos e, do ponto de vista da saúde, é de interesse de todos que todos tenham acesso. Infelizmente, o novo marco não garante isso, ao não apresentar ferramentas que visem este objetivo. No mundo, o acesso à água e ao saneamento é considerado direito desde 2010. É uma ferramenta para reduzir a desigualdade, é um caminho para uma vida mais saudável para todos. Os desafios são muitos e o caminho é longo. Ele parte de se entender que a relação entre a água e a vida é tão intrínseca que não deve ser cerceada. Assim, tratar a água como uma mercadoria, onde as pessoas só terão acesso mediante pagamento, ou se cumprirem alguns requisitos para serem liberadas de pagar, é pouco e é perigoso.

Somos um país que tem 52 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, número que tende a aumentar diante do desemprego e da recessão prevista por causa da pandemia de covid-19. A garantia de serviços básicos para estas pessoas deveria considerar o saneamento, e pensar em soluções mais solidárias e menos mercadológicas. Infelizmente ainda se corta o serviço de água mediante a falta de pagamento. Acreditamos que com a maior participação das empresas privadas no setor, essa prática será ampliada, além do risco de aumento das tarifas. Por isso defendemos que água é vida e não mercadoria!

■ PESQUISADORAS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA (ENSP/FIOCRUZ)



QUER RECEBER O
CONTEÚDO DA RADIS
DIRETAMENTE EM
SEU E-MAIL?

Faça sua assinatura digital!

Seja avisado em primeira mão sobre a publicação de novas edições da Radis e de materiais exclusivos em nosso site! É simples e prático! Acesse o site da Radis e clique na seção Assinatura; na área do assinante, preencha seus dados e assinale a opção "digital". Salve suas opções e aguarde a confirmação. Pronto! Você já está na lista de contatos da Radis. Se você já é assinante da revista impressa, basta atualizar seus dados no cadastro, habilitar ASSINATURA DIGITAL e aguardar a próxima edição.

www.radis.ensp.fiocruz.br

RADIS
#NossoLadoÉoSUS